

Acção Socialista



N.º 1322 20 Fevereiro 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTA

MARIA DE LURDES RODRIGUES FAZ BALANÇO DE QUATRO ANOS DE REFORMAS NA EDUCAÇÃO

11

PS COM SÓCRATES

Reeleito secretário-geral com 96,43%, José Sócrates anunciou que o PS, logo após o Congresso de Espinho, lançará um grande debate nacional, no quadro do movimento Novas Fronteiras, para a elaboração da plataforma eleitoral com que o partido se apresentará às próximas legislativas, e reassumiu o compromisso de modernizar o país com justiça social e combater as desigualdades.



3

Aires Ferreira
Fazer de Torre de Moncorvo um pólo turístico de excelência



4

Aurélio Marques
O rosto do novo ciclo autárquico em Lagoa



14

David Martins
Tornar Albufeira um concelho cinco estrelas



18

Colaboram nesta edição:
Luís Pita Ameixa, Miguel Freitas, Sónia Fertuzinhos, Luís Miguel Ferreira, Artur Penedos, Horácio Antunes e Carlos Zorrinho

XVI Congresso Nacional PS



Nave Balvatente de Espinho
20 de Fevereiro de 2009



OPINIÃO

AUTÁRQUICAS 2009
– LISTAS VARIÁVEISLUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

A lista de cada força concorrente terá de conter candidatos, efectivos, em número exactamente igual ao total de membros que compõem o órgão

AS LISTAS de candidatas aos órgãos das autarquias locais não são necessariamente sempre iguais, do mesmo tamanho, quanto ao número de membros que as compõem.

Elas podem variar de eleição para eleição.

Na verdade o número de candidatas de cada lista – seja para a Assembleia de Freguesia, para a Assembleia Municipal, ou para a Câmara Municipal – depende do número de membros que, legalmente, o respectivo órgão terá.

A lista de cada força concorrente terá de conter candidatas, efectivos, em número exactamente igual ao total de membros que compõem o órgão.

Ora, a composição de cada órgão autárquico não está definida como um número fixo mas sim relacionada e indexada ao número de eleitores da respectiva autarquia.

E este número, obviamente, varia de eleição para eleição, em função da inscrição de novos eleitores e do abatimento de outros. Ora, se essa variação ultrapassar – para mais ou para menos – os patamares estabelecidos para a composição dos órgãos autárquicos, esta altera-se em conformidade.

Por isso devemos estar atentos para saber se os candidatas a apresentar nas listas eleitorais ainda são, ou não, em igual número.

Para tal é determinante o resultado do recenseamento eleitoral, e o que conta, para efeitos de estabilizar o número de membros dos órgãos, no mandato seguinte (logo, também das listas eleitorais), é a publicação, em “Diário da República”, do número de recenseados em cada autarquia, a 120 dias antes do fim do termo do mandato em curso.

Ora, os mandatos duram quatro anos e cessam com a tomada de posse dos novos eleitos.

Como a eleição terá de realizar-se entre 22 de Setembro e 14 de Outubro, e as posses dos novos eleitos terão de ocorrer até 20 dias após o apuramento geral e, este, deverá ser proclamado entre o segundo e o quarto dia depois da votação, temos que, aquela publicação, que fixa o número de membros dos órgãos autárquicos, deverá ocorrer em Junho.

É claro que, como já se explicou no último número deste jornal, é possível obter, com antecedência, dados directos acerca do recenseamento na nossa respectiva autarquia.

Além disso todos os anos, a 1 de Março, deve ser publicado no “Diário da República” (II Série), o número de eleitores inscritos, por Freguesia.

E qual é o número de membros dos órgãos, que o mesmo é dizer de candidatas efectivos?

Nas Assembleias de Freguesias são 19 membros quando o número de eleitores for 20.001 e daí para cima; são 13 membros quando os eleitores forem em número igual ou superior a 5001; São nove membros quando igual ou superior a 1001; e são sete membros quando for igual ou superior a 151.

Nos casos de 150 ou menos eleitores temos o Plenário.

Nas freguesias com mais de 30 mil eleitores, o número de membros atrás referido é aumentado de mais um por cada 10 mil eleitores para além daquele número.

Quando, por aplicação da regra anterior, o resultado for par o número de membros obtido é aumentado de mais um, para não haver empates.

Nas Câmaras Municipais, temos 17 membros em Lisboa e 13 no Porto (excepções de número fixo, independentemente do número de eleitores), e depois 11 membros nos Municípios com 100.000 ou mais eleitores; nove nos Municípios com 50.001 a 99.999; sete nos municípios com 10.001 a 49.999; e cinco nos Municípios com 10.000 ou menos eleitores.

Nas Assembleias Municipais temos uma composição mista: os presidentes das juntas de freguesia e mais os membros a eleger directamente pelo eleitorado.

É só sobre estes últimos que incide a regra de constituição das listas de candidatas, obviamente.

E nessa regra também vigora a indexação ao número de eleitores, mas indirectamente, na medida em que o número desses membros depende do número de membros da Câmara, e este, por sua vez, como vimos (salvo Lisboa e Porto) subordina-se e relaciona-se, efectivamente, com a dimensão do eleitorado.

É assim: os candidatas têm de ser em número superior ao dos presidentes de junta de freguesia (para que os eleitos superem os inerentes) e não inferior ao triplo do número de membros da respectiva Câmara Municipal.

Esta regra, na prática, permite várias combinações de aplicação consoante o número de freguesias existentes e a dimensão do eleitorado e, nalguns casos, dá assembleias municipais de apreciáveis dimensões.

Socialistas impulsionam debate no Parlamento sobre sinistralidade rodoviária

A SINISTRALIDADE rodoviária no espaço da União Europeia (UE) provoca, por ano, mais de 40 mil mortos e 1,7 milhões de feridos graves. Portugal é infelizmente responsável por parte destes dramáticos números.

Perante este quadro, e mostrando-se sensível a esta realidade, os deputados do Partido Socialista que integram a Subcomissão parlamentar de Segurança Rodoviária, propuseram a realização, na Assembleia da República, de uma conferência que serviu para debater a estratégia nacional de segurança rodoviária no período entre 2008/2015.

Segundo os dados mais recentes, só em Portugal, no ano de 2008, morreram 772 pessoas nas estradas nacionais, tendo 2587 sofrido ferimento graves ou muito graves nos milhares de acidentes que ocorreram de norte a sul do país.

A brutalidade destes números coloca pois a sinistralidade rodoviária entre as prioridades das agendas políticas, razão porque este assunto começa a justificar que vá ganhando espaço e centralidade no debate público na sociedade portuguesa.

O plano “Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2008/2015”, representa uma ambiciosa iniciativa governamental de promoção da segurança e do combate à sinistralidade rodoviária em Portugal e



constitui uma proposta de acção multidisciplinar e interministerial que o Governo do PS desenvolveu em estreita ligação com várias instituições públicas e organizações não governamentais e que pretende seja agora objecto de ampla divulgação e forte debate público antes da sua definitiva aprovação e posterior início de implementação.

Estiveram presentes na referida conferência debate, para além dos deputados do PS pertencentes a esta Subcomissão parlamentar, dirigida pelo socialista Jorge Fão, vários deputados dos diversos grupos parlamentares, o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, o presidente e o vice-presidente da autoridade nacional de segurança rodoviária, respectivamente Paulo

Marques e Luís Farinha e ainda os professores João Queirós, do ISCTE e Germano Silva, da Universidade Católica.

Como acentuou o ministro Rui Pereira, esta estratégia nacional “consagra novos paradigmas para a promoção da segurança rodoviária e estabelece objectivos mais ambiciosos que vão permitir colocar Portugal entre os 10 melhores países da UE em 2015”.

Pelo seu lado, o deputado do PS, Jorge Fão, presidente da Subcomissão parlamentar de Segurança Rodoviária, defendeu que só uma acção conjunta, articulada e complementar de todas as instituições envolvidas neste projecto, “poderá criar um ambiente rodoviário mais civilizado e promover a prática de uma efectiva e sustentada segurança rodoviária”. R.S.A.

GP/PS e Fundação Res Publica assinam protocolo de colaboração

A ORGANIZAÇÃO conjunta de debates sobre pensamento político e a definição de políticas públicas, no quadro dos valores referenciais da esquerda democrática, são o objectivo central do protocolo de colaboração assinado, no dia 18, entre o Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) e a Fundação Res Publica, documento que foi subscrito por Alberto Martins, Pedro Nuno Santos e Augusto Santos Silva, numa sessão que decorreu na biblioteca da Assembleia da República

O ministro dos Assuntos Parlamentares e membro da direcção da Fundação Res Publica, Augusto Santos Silva, sublinhou que esta instituição tem mantido uma colaboração estreita com as suas congéneres europeias, nomeadamente com fundações ligadas quer ao PSE quer ao PPE, e promovido estudos sobre novas formas de comunicação política, como, por exemplo, um sobre a relação entre modernização e competitividade e outro sobre a temática das políticas para a igualdade.

Por outro lado, Augusto Santos Silva referiu que a Fundação tem um site onde se debatem temas da actualidade política, como a problemática



“em convergência com a Res Publica vamos acentuar e potenciar o debate político, porque são precisas ideias novas para responder aos desafios que a crise internacional coloca”.

Segundo Alberto Martins, “o debate de ideias deve estar no primeiro lugar da política, de forma a

melhorar a democracia, as políticas públicas”, já que, disse, “o Estado é uma solução e as novas ideias são imprescindíveis”.

E adiantou ainda que, no âmbito do protocolo, a revista “Finisterra” incluirá uma secção permanente sobre actualidade parlamentar com a colaboração do GP/PS. “Queremos projectar para fora do Parlamento a nossa actividade, através da ‘Finisterra’, dirigida pela figura luminosa de Eduardo Lourenço, e promover o debate de ideias na sociedade portuguesa”, disse.

De salientar ainda que o deputado socialista Pedro Nuno Santos será o responsável pela articulação entre o GP/PS e a Res Publica. J.C.C.B.

Reeleito com 96,43%

Sócrates anuncia debate nacional para elaboração de plataforma eleitoral

Reeleito secretário-geral com 96,43%, José Sócrates anunciou que o PS, logo após o Congresso de Espinho, lançará um grande debate nacional, no quadro do movimento Novas Fronteiras, para a elaboração da plataforma eleitoral com que o partido se apresentará às próximas legislativas, e reassumiu o compromisso de modernizar o país com justiça social e combater as desigualdades.

J. C. CASTELO BRANCO

JOSÉ Sócrates pela terceira vez foi reconduzido na liderança do PS com 25.393 votos, tendo-se registado 736 votos brancos e 202 votos nulos nas eleições directas do partido realizadas nos dias 13 e 14. O secretário-geral conseguiu ainda 1700 delegados que apoiam a sua moção de estratégia, enquanto as moções apresentadas por Fonseca Ferreira e António Brotas elegeram, respectivamente, 21 e um delegados (*ver caixa*).

Numa breve declaração ao final

da tarde de domingo, na sede nacional do Largo do Rato, José Sócrates disse que o PS se “orgulha” de contar com a colaboração de todos os independentes, “vindos dos sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa”, referindo que os socialistas contam “com a sua energia, com o seu olhar crítico e com a sua disponibilidade para o interesse público e o bem comum”.

O secretário-geral começou a sua intervenção por agradecer a “prova de confiança” que lhe deram ao reelegê-lo para um novo mandato,



e disse sentir uma “renovada responsabilidade”, sobretudo perante os portugueses.

José Sócrates considerou que “o PS é hoje um partido unido, um partido forte e um partido aberto à sociedade” e que se afirmou “como um partido portador das ideias e propostas de acção, iniciativa, reforma e progresso de que o país precisa. O PS é a força da mudança em Portugal”.

Mais uma vez, acrescentou, “provámos que somos nós quem lança as ideias políticas que motivam e mobilizam os nossos concidadãos”.

“Julgo que o país percebeu bem a nossa mensagem: é tempo de responder com determinação e rigor à crise económica e é tempo de prosseguir com as reformas modernizadoras”, disse, alertando que este “não é tempo de aventuras, demagogias ou populismo”, mas sim “tempo de estabilidade, sen-

tido de Estado, responsabilidade, iniciativa”.

Responder à crise e prosseguir com as reformas

E reafirmou que a “nossa linha de rumo é clara: responder à crise e prosseguir com as reformas”, salientando que “os portugueses não confiam em quem apenas protesta contra a crise”.

Pelo contrário, adiantou, “os portugueses querem que o país saia da crise e para isso é preciso visão e prioridades claras”, como aumentar o investimento público, reforçar as políticas activas de emprego, apoiar as empresas estabilizando o sistema financeiro e reforçar o apoio público às famílias.

“Esta é a linha de rumo do PS. E o que nos propomos é reforçar esta linha de rumo”, disse.

Como medidas com as quais se compromete reforçar esta linha

de rumo, destacou “os 12 anos de educação para todos”, “a extensão da rede social de apoio às famílias e das redes de cuidados de saúde”, “uma regulação pública para os mercados mais transparente e mais eficaz” e “uma reforma fiscal capaz de redistribuir melhor o rendimento a favor das classes médias”.

E concluiu, afirmando que “em tempos como estes, a responsabilidade mede-se pela capacidade de agir, de recusar aventuras e de ser rigoroso e determinado. Eis o meu compromisso: iniciativa, determinação, responsabilidade”.

Entretanto, recorde-se que no âmbito da campanha para a liderança do PS, José Sócrates participou em sessões na Guarda, Coimbra, Porto, Viseu e Castelo Branco, onde explicou perante milhares de militantes e simpatizantes socialistas os pontos fortes da moção de orientação nacional que será discutida no Congresso de Espinho.

ELEIÇÃO PARA SECRETÁRIO-GERAL

	N.º de Votos	Porcentagem
José Sócrates	25393	96,43
Votos brancos	736	2,79
Votos nulos	202	0,76

ELEIÇÃO PARA DELEGADOS AO XVI CONGRESSO

FEDERAÇÃO	José Sócrates ¹	Fonseca Ferreira ²	António Brotas ³
Aveiro	84	0	0
Baixo Alentejo	30	0	0
Braga	158	0	0
Bragança	29	0	0
Castelo Branco	35	0	0
Coimbra	148	4	0
Évora	27	0	0
Algarve	48	1	0
Guarda	33	1	0
Leiria	51	0	0
Área Urbana de Lisboa	273	5	1
Portalegre	32	0	0
Porto	267	1	0
Santarém	52	4	0
Setúbal	97	5	0
Viana do Castelo	37	0	0
Vila Real	42	0	0
Viseu	73	0	0
Açores	79	0	0
Madeira	66	0	0
Regional Oeste	14	0	0
Europa	17	0	0
Fora da Europa	8	0	0
Total	1700	21	1

(1) Moção «PS - A força da Mudança»

(2) Moção «Mudar para Mudar - Mudar o PS para Mudar Portugal»

(3) Moção «Democracia e Socialismo»

MARIA MANUELA AUGUSTO REELEITA

UM GRANDE sinal de confiança. Foi deste modo que a recentemente reeleita presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS), Maria Manuela Augusto, descreveu o resultado obtido pela sua candidatura: 97% dos votos sufragados nas directas, nos dias 13 e 14, em todas as estruturas internas do PS no Continente, nas regiões autónomas e nos círculos da Europa e de fora da Europa.

Em declarações ao “Acção Socialista”, a camarada Manuela Augusto, a única candidata ao lugar, considerou que esta “expressiva vitória” evidencia que “as mulheres



socialistas estão conscientes de que ainda resta um longo caminho a percorrer até à efectiva igualdade de género”.

Esta votação – sublinhou – “reafirma a necessidade da existência do Departamento e dá-lhe força na representação que ele deve fazer das legítimas expectativas das mulheres, das nossas militantes”.

“Este é um resultado muito positivo, uma vez que nos demonstra que as mulheres socialistas, na sua maioria inequívoca, se revêem no Programa Eleitoral que a nossa candidatura apresentou e vai executar”, concluiu a dirigente nacional. M.R.

Aires Ferreira, recandidato à Câmara

“Fazer de Torre de Moncorvo um pólo turístico de excelência”

O PS voltará a ser o partido mais votado nas próximas eleições por uma questão de justiça. Esta é a convicção de Aires Ferreira, actual presidente da Câmara de Torre de Moncorvo, que avança para uma nova recandidatura com a ambição renovada de dar continuidade ao projecto de desenvolvimento sustentado do município.

Determinado em enfrentar com sucesso o desafio eleitoral, garante ao “Acção Socialista” que não deixará passar nenhuma oportunidade de afirmar o concelho como um ponto de turismo de qualidade no país, com boas acessibilidades e qualidade de vida para todos os munícipes.

Prestes a concluir o actual mandato à frente dos destinos de Torre de Moncorvo, sente a satisfação da obra feita ao longo dos últimos quatro anos?

Sim, embora tivesse sido necessário abrandar o ritmo. Mantivemos o rumo, mas uma série de condicionantes, entre as quais destaque ultimamente a crise económico-financeira, obrigaram-nos a diminuir o ritmo que pretendíamos imprimir à execução do nosso programa, de forma a podermos acorrer a situações que não se vislumbravam em 2005.

De qualquer modo, a obra feita deverá ser analisada em função de todo o trabalho ao longo de vários mandatos de que resultou uma transformação total do Concelho. Numa primeira fase, a dotação geral de infra-estruturas, onde se destaca a construção de três barragens para abastecimento de água e mais de 50 quilómetros de novas estradas, ou pavimentações.

Numa segunda fase, a aposta nos equipamentos colectivos e no reforço do centro urbano.

No seu entender, em quais das obras realizadas durante o seu mandato se percebe melhor a marca socialista?

Saliento, neste ponto, a preocupação social consubstanciada na construção de mais de 30 casas sociais. Estes fogos permitiram a erradicação das últimas barracas.

Também o programa conforto habitacional para idosos, bem como a introdução do transporte urbano, além de outras iniciativas.

Na área cultural gostaria de sublinhar o facto de termos criado condições para que as pessoas “façam” ao invés de se limitarem a ser consumidores passivos. E foi talvez nesta área que se verificou o maior salto qualitativo deste mandato.

Realço também a aposta em duas áreas em que nos encontramos em plena consonância com a acção governativa: a tecnológica e as energias renováveis.

Fomos pioneiros ao criar “Moncorvo, vila digital”.

Nas energias renováveis participamos activamente na defesa da construção da Barragem do Baixo Sabor e trabalhamos para o desenvolvimento da energia eólica. Dos oito megawatts já instalados devemos passar brevemente para 58.

O que o motiva a avançar com esta recandidatura?

Gostaria de estar em funções em 2013 quando for inaugurada a Barragem do Baixo Sabor, luta de mais de uma década. Gostaria também de estar em funções aquando da inauguração do IP2, outra ambição de anos finalmente concretizada. Gostaria de concluir a reforestação da Serra do Reboredo, cujo protocolo de parceria com o Ministério da Agricultura foi finalmente conseguido em Janeiro de 2007. Gostaria ainda de fazer de Torre de Moncorvo um pólo turístico de excelência no âmbito do Douro.

E mesmo sabendo que em mais um mandato mais não serão alcançadas todas as metas, ainda assim ficará a satisfação de estarmos mais próximos delas.

Quais são os desafios que se propõe enfrentar numa nova presidência da autarquia de Moncorvo?

Desde logo, o reequilíbrio financeiro da autarquia. Há uma série de empréstimos bancários a amortizar até 2013/14.

É importante manter essa programação, de modo a assegurar a sustentabilidade da gestão municipal. Tanto mais que com a renda resultante da Barragem do Baixo Sabor e da energia eólica a implantar, o Município passará a contar, a partir de 2013, com uma receita anual na ordem do milhão de euros.

Por outro lado, o aproveitamento dos financiamentos do QREN em bons projectos e potenciadores do desenvolvimento socioeconómico é o grande desafio para qualquer autarquia.

Assim, elaboramos um conjunto de iniciativas, deliberado por uma-



nimidade no Executivo Municipal, para candidatar até 2013.

Outro repto primordial é assegurar que a assistência médica local continuará operacional no período nocturno.

De referir que, se nas situações de emergência, a reforma em curso, nomeadamente quanto a meios de transporte directo para urgências hospitalares, é claramente benéfica, já nas situações críticas ou agudas, o encerramento dos centros de saúde à noite é claramente negativo no interior.

É preciso ter coragem para fazer as reformas, mas é preciso ter ainda mais coragem para corrigir o que não resulta. Os SUB (Serviço de Urgência Básica) são uma invenção que no interior claramente é ineficaz e despesista. Nos locais onde estão a funcionar, a média de atendimentos não é superior aos dos antigos SAP, custando quatro a cinco vezes mais. Além de que esses SUB subsistem à custa de médicos de família, deitando por terra a teoria de mais disponibilidade destes para os utentes do respectivo ficheiro.

Adiantando que a autarquia encomendou um estudo, visando a criação de uma USF (Unidade de Saúde Familiar), dado entendermos que a saúde e a acção social são matérias em que, por excelência, a comunidade local deve ter uma palavra a dizer, essencialmente sobre o modo de organização dos serviços de proximidade, eventualmente alocando meios financeiros

municipais para o efeito.

No âmbito do seu Programa Eleitoral, quais as metas que destaca como prioritárias para o desenvolvimento sustentável de Torre de Moncorvo?

A maximização local e regional dos benefícios da construção da Barragem do Baixo Sabor é de facto uma prioridade.

Queremos igualmente que dela resulte a constituição de um pólo de turismo da natureza, que as medidas previstas no DIA e no Recape já consubstanciam.

É também necessário que, aquando da sua conclusão, se disponha já do respectivo POA.

São ainda prioritários para nós o aproveitamento das contrapartidas da implementação da energia eólica, cujo valor ultrapassa os três milhões e meio de euros, a conclusão da ecopista do Sabor (na extensão de 30 quilómetros), a concretização do programa de regeneração urbana, culminando a transformação do centro urbano num pólo dinamizador e prestador de serviços, o incremento do número de camas hoteleiras de qualidade, a execução do projecto do Centro de Artes e Eventos e a construção do Pólo de Formação Profissional.

Tem tido e/ou espera ter apoio do Governo para isso?

No essencial, a acção governativa tem sido positiva para o Concelho. Uma ou outra discordância, como no sector da saúde, não menorizam

uma governação que finalmente concretiza o IP2, o IC5 e a Barragem do Baixo Sabor, os grandes instrumentos que transformarão radicalmente Torre de Moncorvo.

A aposta no desenvolvimento do Douro é também um instrumento fulcral com o qual contamos.

No distrito de Bragança, em que mais de 50% dos concelhos são geridos pelo PSD, qual é, na sua percepção pessoal, os principais problemas?

Na minha opinião, os principais problemas são as acessibilidades e o emprego.

É caricato que cheguemos ao fim da primeira década do século XXI ainda a clamar pelas acessibilidades previstas no Plano Rodoviário Nacional previstas há mais de 20 anos.

Mais caricato ainda é que, quando o Governo as põe em marcha, ainda haja quem as conteste.

OIP2 e o IC5 são fundamentais para esta região, que até agora tinha passado ao

lado da revolução rodoviária que se verificou no país.

O emprego é outro problema de sempre numa região tradicionalmente emigrante.

Agravado por uma desadequação da qualificação dos recursos humanos ao mercado de trabalho, o desemprego regional cresce com os efeitos da crise financeira internacional e com o recurso permanente a mão-de-obra estrangeira.

Sendo que o sector terciário (de serviços) ultrapassa já os 50% da população activa, e que o primário alberga ainda mais de 20%, com evidente tendência para continuar a perder activos, há um claro desfasamento na estrutura produtiva onde o sector secundário é incipiente. No entanto, a revolução rodoviária em curso pode tornar a região competitiva neste último.

Tem o PS, na sua opinião, condições criadas para se afirmar na região nas próximas batalhas eleitorais?

Nas legislativas 2005, o Partido Socialista tornou-se, pela primeira vez, o principal partido no distrito de Bragança. Com a revolução rodoviária encetada pelo Governo no Nordeste transmontano, a coragem de levar por diante a Barragem do Baixo Sabor, a aposta no Plano Turístico do Douro, entre outras iniciativas, não obstante a crise económico-financeira mundial, seria uma grande injustiça não voltar a ser o partido mais votado.

Sócrates defende maior regulação económica e social

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, manifestou o seu desacordo com os que defendem o protecționismo ou a desregulação económica e social como forma de responder à actual crise global.

Para o chefe do Governo, a solução terá de passar por uma mais adequada articulação entre a eficácia económica e maiores preocupações sociais.

Com efeito, defendeu, a solução para as actuais dificuldades passa antes pela defesa dos valores do modelo social europeu, o que na sua perspectiva poderá ajudar de forma mais sustentada “a construção da nova ordem mundial económica e financeira”.

Falando na 8ª Conferência Regional Europeia da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre “Trabalho e a crise económica”, o primeiro-ministro, que se juntou a delegações de 51 países europeus no Centro de Congressos de Lisboa, desafiou os restantes participantes a não enveredarem pela defesa do protecționismo porque isso, como alertou, “representaria não só um passo atrás para o mundo”, como implicaria “uma rápida redução dos direitos sociais”, algo que o chefe do Governo português garantiu poderia significar



uma perigosa armadilha para o fortalecimento do modelo social que a Europa, com muito custo e trabalho, conseguiu erguer ao longo das últimas décadas.

Para José Sócrates, o caminho não passa pelo protecționismo, nem tão-pouco pela redução dos direitos dos trabalhadores, mas antes por soluções que sejam capazes de regular o sector económico, tanto “a nível europeu como mundial”, de modo a assegurar, como frisou, por um lado, o fortalecimento sustentado do sector económico, e por outro lado, a manutenção da paz social.

Mostrando-se contrário a soluções neoliberais para a economia, o primeiro-ministro defendeu, em contrapartida, as vantagens do modelo social europeu, nomeadamente, como referiu, em relação a vertentes como as relacionadas com os direitos sociais, o trabalho ou ainda “a experiência de integração política da União Europeia”.

“Passada esta crise”, garantiu o primeiro-ministro português, “nada ficará na mesma”, sendo por isso desaconselhável, “se não mesmo impossível”, poder responder aos problemas como as ve-

lhas receitas ou soluções que estiveram na base dos muitos problemas financeiros e económicos com que o mundo se tem vindo a debater nos últimos meses.

Se há espaço económico privilegiado para defender os méritos de uma regulação mais forte, disse ainda José Sócrates, “esse espaço é o continente europeu”, podendo com o seu exemplo “influenciar de forma decisiva a nova ordem económica e financeira mundial”, abrindo assim “um novo sistema de regulação que proteja o mundo daquilo que aconteceu”. **R.S.A.**

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Presidente da Federação do Algarve

As tensões nos usos dos recursos, nomeadamente do solo e da água, vão aumentar

A NOVA AGENDA AGRO-RURAL

A NOVA Agenda Agro-Rural tem como temas fortes a segurança alimentar, a conservação dos recursos, o impacto ambiental das actividades, o ordenamento do território, o desenvolvimento tecnológico, a produção energética e a biotecnologia.

A evolução demográfica mundial coloca desafios à produção alimentar e provoca uma recomposição da geografia do consumo e da produção. À Europa coloca-se a questão da segurança no abastecimento e a estabilidade dos mercados. Trata-se de uma questão real, que é muitas vezes desvalorizada pelos europeus. Afecta directamente mais de 80 milhões de pessoas na UE (2 milhões de pessoas em Portugal) sempre que se verificam desequilíbrios no mercado alimentar.

A resposta não pode ser mais protecționismo global, mas uma negociação justa de âmbito multilateral para o comércio mundial. Não pode assentar em mais ajudas aos agricultores, mas em apoios a territórios e sectores com problemas específicos, a agriculturas sustentáveis e rentáveis, a produtos e serviços de qualidade. Nem tão pouco pode ser encontrada na redução da ajuda aos países em desenvolvimento, devendo os seus esforços de produção alimentar e de combate à pobreza ser devidamente apoiados.

As tensões nos usos dos recursos, nomeadamente do solo e da água, vão aumentar. Desde logo, entre espaço urbano e os aproveitamentos agro-rurais. Mas, também, entre a produção alimentar e a produção bioenergética, entre a produção agrícola e a produção florestal. E, finalmente, entre a produção e a renaturalização dos espaços ambientalmente sensíveis.

Aqui a margem de manobra nacional é grande. É aqui que se coloca o desafio de uma nova política de solos, em que prevaleça a função social do solo e a livre iniciativa. E uma política de ordenamento do território e de conservação da natureza que assuma o carácter multifuncional dos espaços rurais e permita restabelecer os ecossistemas locais, para, a partir dessa regeneração, viabilizar novas actividades económicas e de lazer. E uma política da água exigente quanto à eficiência do uso e à eficácia dos investimentos públicos que lhe estão associados.

As controvérsias ambientais vão agravar-se. Pelo aprofundamento das questões relacionadas com o aquecimento global, em particular os fenómenos de desertificação no sul da Europa. Mas, também, o consumo energético e os desafios da preservação da biodiversidade, dos avanços da biotecnologia, dos OGM's e da clonagem.

Este é o domínio onde verdadeiramente se esperam inovações. Inovações nos modelos de agricultura visando a conservação do solo e dos recursos genéticos, com um balanço energético que permita gerar créditos verdes e a criação de serviços agro-ambientais. Inovações nos modelos de intervenção, identificando projectos estruturantes, que estimulem economias de aglomeração e de diversificação. Inovações nos modelos de organização, articulando entidades públicas, privadas e associativas numa administração de missão.

A nova Agenda Agro-Rural exige políticas ambiciosas e inovadoras. E um novo modelo de administração, que passe de uma intervenção agro-sectorial para uma missão agro-rural.

Deputados socialistas com páginas pessoais na Internet

COMO forma moderna de privilegiar o contacto directo com os eleitores e de os manter informados sobre a actualidade parlamentar, auscultando igualmente as suas posições e opiniões, um número crescente de deputados do Partido Socialista na Assembleia da República dispõe já de uma página pessoal online, onde também dão nota do trabalho político que desenvolvem.

Os deputados Luís Pita Ameixa (Beja), Maria de Belém Roseira (Lisboa), Maria do Rosário Carneiro (Aveiro) e Teresa Venda (Braga) decidiram instalar as suas respectivas páginas no endereço geral <http://paginaspersonais.parlamento.pt/index.aspx>.



Também através deste endereço electrónico, os cidadãos podem aceder aos

sítios dos deputados António José Seguro (Braga), Bravo Nico (Évora), David Martins (Faro), Isabel San-

tos (Porto), Jorge Seguro Sanches (Castelo Branco) e Marcos Sá (Lisboa).

Se se clicar sobre os nomes referidos, o sistema estabelece ligações de encaminhamento imediato para os blogs destes parlamentares.

Na generalidade, nestes espaços pode encontrar-se informação sobre a actividade político-parlamentar do deputado, acessos a outros sítios com interesse lógico e coerente e é possível a consulta de documentos, de vídeos e de galerias fotográficas.

Ainda nestas páginas pessoais dos deputados socialistas é possível aceder a um “gabinete” de atendimento aos cidadãos e a um espaço de sugestões. **M.R.**

Estado e instituições da economia social criam centenas de novos empregos

O PAPEL das instituições ligadas à economia social assume um protagonismo absolutamente decisivo na resolução do problema do desemprego.

Esta a opinião salientada pelo primeiro-ministro na cerimónia de assinatura de seis dezenas de protocolos estabelecidos entre o Estado e diversas instituições sociais, que vão permitir, numa primeira fase, integrar no mercado de trabalho 670 jovens e desempregados no quadro da “Iniciativa Emprego 2009”.

José Sócrates, que presidia no Porto a este evento, referiu que a parceria estratégica agora encontrada entre o Estado, as empresas e um conjunto de instituições sociais, vai permitir criar um quadro credível e sustentável, capaz de responder num espaço de tempo razoável, como frisou, aos problemas do emprego de algumas centenas de pessoas.

Recorde-se que estes protocolos assinados na Cidade Invicta, entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e várias instituições sociais, no âmbito da “Iniciativa Emprego 2009”, decorre de um programa dinamizado pelo Estado que envolve um investimento de cerca de 580 milhões de euros, e tem por objectivo exclusivo a promoção do emprego.

Os protocolos agora estabeleci-



dos entre o Estado (IEFP) e um conjunto largo de instituições, designadamente a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas, a Confederação das Cooperativas Portuguesas, a União das Misericórdias Portuguesas, a União das Mutualidades Portuguesas e mais 58 outras instituições da região Norte, visam ajudar à inserção no mercado de

trabalho, numa primeira e imediata fase cerca de 580 desempregados e realizar aproximadamente 90 estágios profissionais para jovens.

A partir de agora, salientou o primeiro-ministro, a propósito do estabelecimento destes protocolos, mais 670 pessoas que presente-mente estão no desemprego “vão passar a ter uma oportunidade para beneficiarem de uma actividade profissional digna”, frisando que o objectivo do Governo ao lançar o programa “Iniciativa Emprego

2009” é proporcionar que cerca de 30 mil desempregados passem a ter uma efectiva inserção no mercado de trabalho.

O primeiro-ministro elogiou a rapidez com que as instituições da economia social responderam ao apelo do Governo, afirmando que o país, “hoje mais do que nunca”, precisa destas instituições para responder ao desemprego, fenómeno que classificou como a “consequência mais grave” da difícil situação económica e social “em que estamos

mergulhados”.

Sócrates acrescentou ainda que é imperioso que se forme uma concertação estratégica para minorar o sofrimento dos portugueses que se encontram sem trabalho, recordando que o combate ao desemprego “é a prioridade número um do Governo”.

A este propósito o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social lembrou que, apesar da crise, todos os dias “se estão a criar novos postos de trabalho”, reconhecendo que o papel prioritário que deverá neste particular estar reservado ao Estado, é o de assumir uma tarefa determinante na ajuda a encontrar as condições para que as decisões possam ser tomadas de forma célere e envoltas em menos incertezas.

Vieira da Silva afirmou ainda que se cabe ao Governo, “como defendendo”, criar as condições para que essas decisões sejam mais rápidas, então justificam-se, sublinhou, os apoios e incentivos previstos no programa “Iniciativa Emprego 2009”, que têm como principais objectivos, “mobilizar a sociedade portuguesa para a manutenção dos empregos existentes, facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho e criar condições para acelerar a transição entre a perda do emprego e o regresso ao mercado de trabalho”. R.S.A.

Investimento público

Antecipado e alargado programa de modernização do parque escolar

“O DEVER de uma liderança, de um Governo, é não apenas descrever o problema, é fazer alguma coisa para responder ao problema, e aqui estamos a dar mais oportunidades às empresas e portugueses de trabalhar investindo no seu futuro, para requalificar as nossas escolas”, afirmou o primeiro-ministro.

José Sócrates falava na apresentação dos concursos públicos para obras em 75 escolas, no âmbito da segunda fase do Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário, que, no quadro das medidas públicas anticrise, foi acelerado e alargado em relação ao inicialmente previsto, contemplando agora um investimento de aproximadamente a 2,45 mil milhões de euros até 2011.

Numa cerimónia que decorreu no dia 7, na Escola Secundária D. João de Castro, em Lisboa, uma das primeiras infra-estruturas concluídas ao abrigo do Programa, iniciado em 2007, José Sócrates reiterou “este não é o momento para o Estado ficar parado ou baixar os braços, é momento para agir, responder aos anseios dos que legitimamente se viram para o Estado na esperança de que possa dar uma ajuda, um contributo, uma resposta, para diminuir as consequências da



crise financeira e económica», para manter “a actividade de muitos portugueses e empresas”, não só em benefício destes, “mas também do futuro do país”.

A actual situação, para o primeiro-ministro, “impõe a todos os Estados a ideia

de urgência” e o “problema para as pessoas coloca-se” sobretudo no ano em curso e no próximo.

“Decidimos antecipar porque o país precisa dessas obras, desse investimento para o futuro, mas também porque as nossas

empresa precisam”, explicou.

O Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário, lançado em 2007, com um projecto-piloto de intervenções em quatro escolas, aumentou no ano seguinte para as 30 escolas (superando a previsão inicial de intervenções em 22 escolas) e vai subir em 2009 para 75 escolas (quando a previsão inicial era de 38 intervenções).

Esta segunda fase representa um investimento de 900 milhões de euros e cerca de 200 postos de trabalho em cada uma das obras.

Durante o ano lectivo de 2008-09, vão estar em trabalhos 105 escolas secundárias, sendo também lançada a terceira fase, que contempla 100 escolas, de forma a garantir que a abertura de concursos para obra se realize até ao final do ano, e assim tenha impacto imediato na criação de emprego no momento em que é mais necessário.

Por outro lado, o aumento do investimento deve-se à necessidade de intervenções mais profundas do que se julgava no início do programa e à introdução de melhorias para redução do consumo de energia, que não estavam previstas.

Debate com o PM

Governo ajuda particulares que instalem painéis solares



Novas políticas de apoio ao emprego, melhores condições de acesso ao crédito para empresas e famílias, pagamento das dívidas do Estado, construção de novas barragens, benefícios à instalação de painéis solares e modernização do parque escolar, foram algumas das novidades que o primeiro-ministro levou ao debate quinzenal sobre economia na Assembleia da República.

JOSÉ Sócrates garantiu no Parlamento no dia 11 que a resposta do Governo à crise económica “segue uma linha de rumo clara”.

Desde logo, como frisou, apostando na estabilização do sistema financeiro, através do “melhorando das condições de acesso ao crédito bancário, quer por parte das empresas, quer das famílias”.

Mas também aumentando o investimento público e a protecção do emprego duas outras áreas que lhe mereceram particular destaque.

Para além destas medidas, o primeiro-ministro trouxe ao debate parlamentar outras iniciativas que, garantiu, o Governo está a tomar, como é o caso do pagamento das dívidas do Estado aos seus fornecedores, diligência que recordou, representou, até agora, para o erário público perto de mil e quatrocentos milhões de euros.

A somar a esta verba, há ainda a juntar s montantes que as autarquias locais se preparam para liquidar e que somarão cerca de 485 milhões de euros, o que somará dois mil milhões de euros que serão devolvidos às empresas e injectados na economia real. Trata-se, como acentuou, “da maior operação de sempre de regularização de dívidas da administração pública a fornecedores”.

Investimento público

O investimento promovido pelo Estado é, para o primeiro-ministro, um dos aspectos mais relevantes e

aquele que mereceu na sua intervenção um destaque particular.

Na sua perspectiva, o investimento público promovido pelo Estado constitui um factor “decisivo”, quer para a necessária modernização do país, quer para a recuperação da economia.

Com efeito, sublinhou, é nesta linha que se justifica o investimento que o Estado vai aplicar na construção de novas barragens, o que na opinião de José Sócrates, é essencial, não só porque o potencial hídrico em Portugal é muito grande, e esta desaproveitado, como ainda vai ajudar a “reduzir a nossa dependência do petróleo”.

Simultaneamente a este investimento que promoverá a subida do país na escala das nações que mais apostam nas energias renováveis, o Estado prepara-se também para investir, por um lado, nas redes de nova geração de banda larga de alta velocidade, e, por outro lado, no apoio à instalação de painéis solares térmicos nas habitações particulares, permitindo deste modo que as famílias que venham a instalar durante o ano de 2009 estes equipamentos possam contar com três tipos de benefícios.

Desde logo passarão a pagar menos de metade do custo do equipamento. Por outro lado, a factura energética anual sofrerá uma redução de mais de 20% e finalmente, terão ainda um benefício fiscal de 30% do custo de investimento no primeiro ano.

Caso as famílias prefiram antes recorrer ao crédito bancário para

financiamento dos seus painéis térmicos, terão, neste caso, já a partir do próximo mês de Março, como garantiu, “condições preferenciais”.

Para José Sócrates, “este é o programa mais ambicioso de sempre na promoção da utilização doméstica de energias renováveis”, sendo que o objectivo, a atingir já este ano, é a instalação de painéis solares em pelo menos 65 mil habitações.

O investimento previsto deverá chegar aos 225 milhões de euros, cabendo ao Estado uma comparticipação na ordem dos 100 milhões. Esta iniciativa “deverá criar cerca de 2500 postos de trabalho”, sublinhou.

Ao mesmo tempo, o Estado iniciará também um programa de melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos, designadamente nas universidades, hospitais ou em instalações de defesa nacional, entre outros.

Finalmente, outras das áreas privilegiadas para o investimento público respeita à recuperação e modernização do parque escolar, que, na opinião do primeiro-ministro, é uma iniciativa “essencial para que tenhamos uma escola públicas de qualidade”.

Ao abrigo desta iniciativa, estão já a decorrer obras em 26 escolas secundárias em todo o país, tendo outros 75 concursos para a requalificação e modernização de outros tantos estabelecimentos de ensino sido, entretanto, lançados.

Em 2009, cerca de 100 escolas secundárias terão em processo de modernização e requalificação com um custo calculado na ordem dos 800 milhões de euros, “um investimento público que se realiza em todo o país”, e que, pela primeira vez, vai não só ajudar a que as escolas públicas passem a dispor de maiores níveis de qualidade e de conforto, mas que ajudará igualmente, como garantiu o primeiro-ministro, “a gerar mais emprego”. R.S.A.

OPINIÃO



SÓNIA FERTUZINHOS
Deputada do PS

Os resultados que o país apresenta ao longo destes quatro anos, não iludindo nenhuma das dificuldades estruturais e conjunturais que enfrentamos hoje, reforçaram a nossa capacidade colectiva de enfrentarmos esta crise

CONCENTRAR OS RECURSOS ONDE SÃO MAIS NECESSÁRIOS

A ASSEMBLEIA da República tem tido vários momentos para discutir os impactos da crise internacional que o país enfrenta e para discutir as respostas que é preciso encontrar.

O contributo do Partido Socialista deve começar por ser o de deixar claro dois pressupostos-chave da estratégia de combate a esta crise internacional:

1. As medidas a tomar nesta fase não podem esquecer, nem ser desenquadradas da estratégia de desenvolvimento do país, que o Governo tem adoptado desde o início da legislatura;
2. A nossa acção neste momento tem que ter a ambição da eficácia nas respostas imediatas que a crise exige, mas garantindo que no final o país, sai reforçado na sua capacidade de se desenvolver, e não com novas dificuldades para enfrentar, como consequência da adopção de medidas erradas e precipitadas durante a crise

A opção política do PS é clara: porque temos recursos limitados que nos obrigam a definir prioridades, concentramos os recursos onde eles são mais necessários e eficazes, e por isso mais justos.

A outra opção, que é em geral a opção da oposição, era a de continuar a optar pela distribuição generalizada dos recursos, que já provou ser pouco eficaz e injusta, porque onde todos recebem uma parte dos recursos, essa parte, forçosamente pequena, é irrelevante para quem não precisa, e insuficiente para quem precisa.

Mas, para além da afirmação política, hoje podemos avaliar alguns resultados da opção do PS de concentração de recursos nos grupos e regiões mais vulneráveis. Alguns exemplos:

- Como e quando teria sido possível assinar na Concertação Social o acordo de aumento do salário mínimo, que é e será determinante na elevação dos níveis salariais em Portugal, e que por isso mesmo é factor decisivo no combate à pobreza, se o Governo não tivesse decidido dissociar o crescimento das pensões ao crescimento do salário mínimo?
- Como e quando seria possível garantir que as pensões, sobretudo as mais baixas, não perdem, nem voltam a perder poder de compra, se o Governo não tivesse criado o Indexante dos Apoios Sociais?
- Como e quando se poderia garantir a quase 200 mil idosos um rendimento mínimo mensal de 400 euros, através do Complemento Solidário para Idosos, se o Governo insistisse em aumentar todas as pensões por igual?
- Como e quando se poderia reforçar significativamente os apoios às famílias mais vulneráveis, as monoparentais, as numerosas, as famílias mais jovens e trabalhadoras, se não se adoptassem os princípios da diferenciação das prestações e da concentração de recursos?

Os resultados que o país apresenta ao longo destes quatro anos, não iludindo nenhuma das dificuldades estruturais e conjunturais que enfrentamos hoje, reforçaram a nossa capacidade colectiva de enfrentarmos esta crise. Esquecer ou negar este facto, é a maneira mais rápida e segura de falhar nas respostas que o momento que vivemos, exigem.

A crise não deve servir nem para cortar direitos, como aconteceu num passado recente, nem para prometer e dar o que não se tem! A crise exige a todos, desde logo aos partidos políticos, a capacidade de ser parte da solução e não parte do problema. Ser parte da solução exige, repito, que se tenha em conta os resultados que o país, as portuguesas e os portugueses, conseguiram alcançar nesta legislatura e de que dei apenas alguns exemplos.

Para o PS ser parte da solução é de novo concentrar os recursos onde eles são mais necessários: na manutenção e promoção do emprego, nas quatro prioridades definidas na Iniciativa Emprego 2009: manter o emprego, apoiar os jovens no acesso ao emprego, apoiar ao regresso ao emprego e alargar a protecção social. E ao mesmo tempo organizar e co-responsabilizar os serviços públicos na lógica da proximidade e individualização do apoio às pessoas. Se perguntarmos a qualquer português ou portuguesa qual é a prioridade neste momento, a resposta é sem dúvida o apoio à manutenção do emprego.

Mas para o PS ser parte da solução é garantir ainda, com eficácia e rapidez o acesso das pessoas aos direitos sociais que foram reforçados ou criados nestes quatro anos. Refiro apenas o exemplo do tempo de acesso ao subsídio de desemprego. Hoje é de 14 dias quando era de 60 dias.

O compromisso e determinação do PS devem ser os de sempre:

- fazer tudo o que é possível fazer para apoiar as pessoas, as empresas e o país;
- não deixar ninguém para trás.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL
FERREIRA
S. João da Madeira

São as próprias crianças a reconhecerem nas TIC uma forma importante de apoio às suas próprias actividades escolares

O MUNDO DOS MAIS NOVOS!

AS ESTATÍSTICAS oficiais relativas aos níveis de utilização de computadores e de Internet manifestavam, em Portugal, até há bem pouco tempo, uma lacuna séria. O facto de terem em conta apenas os indivíduos entre 16 e 74 anos, impediam que compreendêssemos com algum rigor o que se passava com os jovens e adolescentes em idade escolar, abaixo dos 16 anos, embora seja convicção generalizada que quanto mais descemos na faixa etária maiores são os níveis de utilização.

De facto, quando falamos em utilização de computadores, no grupo de indivíduos entre 16-24 anos a taxa situa-se nos 90%, caindo para 53% na faixa 35-44 anos e, drasticamente, para 6% no grupo 65-74 anos. Na utilização de Internet, esta tendência mantém-se: 87% para 16-24 anos; 47% para 35-44 anos e apenas 5% para os indivíduos entre 65 e 74 anos.

No passado dia 3 de Fevereiro, o INE publicou, finalmente, os números referentes à faixa etária 10-15 anos. Neste grupo de indivíduos, 97% são utilizadores de computadores e 93% de Internet, ou seja, confirmam-se níveis de utilização superiores aos verificados nas faixas etárias mais elevadas.

Analisando mais em pormenor esta informação agora disponível pela primeira vez para esta faixa etária dos 10-15 anos, 68% dos utilizadores de computadores fazem-no "todos ou quase todos os dias", sendo este valor para os utilizadores de Internet 55%, ou seja, a maioria dos utilizadores são bastante regulares no aproveitamento das TIC. Por outro lado, 88% dos utilizadores de computadores fazem-no na escola, se bem que a percentagem dos que o fazem em casa é também significativa (83%). Quanto à Internet, 83% dos utilizadores acedem na Escola e os que o fazem em casa rondam os 64%.

Mas importaria também perceber o que fazem as crianças entre os 10 e os 15 anos com os computadores e na Internet! Ora, segundo este mesmo relatório do INE, a principal actividade levada a cabo nos computadores é a realização de trabalhos escolares (95%), seguida das actividades de lazer (89%). Já na Internet, 97% dos utilizadores declaram procurar informação para trabalhos escolares, 82% utilizam a Internet para comunicar e 64% para jogar ou fazer download de jogos, imagens, música e vídeos. Esta informação desmonta por completo o argumento de todos aqueles que insistem em manter alguma resistência à utilização das TIC nestas idades, para fins pedagógicos. De facto, são as próprias crianças a reconhecerem nas TIC uma forma importante de apoio às suas próprias actividades escolares.

A principal surpresa nos dados agora publicados, do meu ponto de vista, tem que ver com a utilização de telemóveis que, situando-se nos 85%, está a um nível inferior à utilização de computadores e de Internet. Por outro lado, as crianças utilizam o telemóvel essencialmente para trocar mensagens escritas (96%) e efectuar chamadas (95%), muito longe da utilização para jogos com ou sem Internet (66%).

É muito importante retermos que, apesar da utilização óbvia das TIC também para fins lúdicos por parte das nossas crianças e jovens adolescentes, estes encaram as TIC essencialmente como ferramentas utilitárias, tal como o faz a generalidade dos adultos. E é por isso que tudo o que se tem feito em termos de modernização tecnológica das escolas, através do Plano Tecnológico da Educação, se reveste da maior importância e pertinência, uma vez que se estão a adaptar melhor os contextos de aprendizagem ao perfil e interesse dos nossos alunos, motivando-os para a aprendizagem e estimulando a sua criatividade pelo alargamento do leque de actividades e de oportunidades decorrente da utilização das TIC. Os números agora publicados reforçam, portanto, esta urgência na aproximação do mundo da Escola ao mundo das crianças! Outra coisa não faria sentido, aliás!

Ampliada rede de lares para idosos e pessoas com deficiência

O GOVERNO anunciou que a rede de lares para idosos e deficientes vai ser ampliada, até 2013, aumentando em mais de cinco mil o apoio a estes dois grupos de beneficiários.

A iniciativa vai ser desenvolvida ao abrigo de um programa comunitário, que prevê o apoio à construção em todo o país de mais 230 novos lares, cujo investimento global rondará os 110 milhões de euros.

Deste montante, cerca de 76,5 milhões de euros serão da responsabilidade do Estado e de fundos europeus, estando a parte restante das verbas a cargo das entidades que se venham a candidatar aos apoios financeiros, designadamente misericórdias ou IPSS.

Para o primeiro-ministro, a importância de uma iniciativa como esta reveste-se não só de uma obrigação para o Estado democrático e moderno, mas igualmente constitui uma vocação do Governo que vê no investimento público uma forma séria e sustentada de ajudar o país a "ultrapassar a crise", defendendo José Sócrates



que é em momentos como estes em que a crise económica aperta que o Estado "deve agir e não ficar entretido a falar da gravidade da situação".

O país precisa de investimento e este é o momento de agir, "não é o momento para nos entretermos a descrever como é grave a crise no mundo", disse Sócrates, razão porque garantiu que o Executivo vai investir "a pensar nas empresas, na economia, mas também nas pesso-

as e no combate ao desemprego".

O primeiro-ministro falava na cerimónia de apresentação do programa "Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais", que se desenrola no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), com resultados que José Sócrates considerou bastante positivos, lembrando que o "país está a reagir bem à crise", mas reafirmando que deve ser o Estado "liderar o país". R.S.A.

Linha de crédito de 175 milhões para empresas agrícolas

NO ÂMBITO das medidas anti-crise que têm vindo a ser tomadas pelo Governo, foi criada uma linha de crédito com juros bonificados para as empresas de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas, pecuários e florestais, no valor de 175 milhões

de euros, dos quais 75 milhões para o sector agrícola e 100 milhões para os restantes.

Esta linha de crédito, aprovada no Conselho de Ministros de 12 de Fevereiro, destina-se a financiar investimentos e reforçar o fundo de maneo para exercício da actividade,

promovendo, a competitividade e a capacidade de exportação das empresas.

Os empréstimos, disponibilizados pela banca, são concedidos pelo máximo de quatro anos e amortizados anualmente, com possibilidade de carência de capital no primeiro ano.

Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima

Semestral.....6€
Anual12€

Quota suplementar

(Inclui "Acção Socialista")
Semestral...12€
Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;
2. Transferência bancária

Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!



Educação sexual obrigatória nas escolas

A inclusão obrigatória da educação sexual nos projectos educativos das escolas é o objectivo de um projecto de lei do PS entregue no dia 12 no Parlamento, que tem como primeiro subscritor o deputado e ex-líder da JS Pedro Nuno Santos,

ALÉM da exigência da inclusão obrigatória da educação sexual, o diploma socialista impõe também a existência de um professor coordenador para esta matéria e que, nomeadamente no secundário, seja dado conhecimento aos jovens da legislação e serviços “a que podem recorrer no âmbito da saúde sexual reprodutiva”.

“O nosso objectivo é garantir que a educação sexual será mesmo dada nas escolas”, afirmou Pedro Nuno Santos.

Segundo o deputado do PS, o diploma pretende levar à prática as conclusões do grupo de trabalho para a educação sexual, que foi coordenado pelo psiquiatra Daniel Sampaio.

De acordo como o projecto de lei socialista, cada agrupamento de escola e escola não agrupada “deverá ter uma equipa interdisciplinar de educação para a saúde e educação sexual com uma dimensão adequada ao número de turmas existentes”.

Por outro lado, as direcções regionais de educação “devem garan-

tir o acompanhamento, supervisão e coordenação da educação para a saúde e educação sexual nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, sendo responsáveis pela produção de relatórios de avaliação baseados nomeadamente em questionários realizados nas escolas”.

O diploma prevê ainda a existência de parcerias entre escolas, comunidades locais e autarquias, e cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada deverá dedicar um dia por ano lectivo à educação sexual.

Entre outros aspectos, o projecto do PS também descreve que tipo de matérias de educação sexual devem ser ensinadas nos diferentes graus de ensino.

Assim, no ensino básico, deverão ser dadas aulas sobre noção do corpo e de família ou as diferenças entre rapazes e raparigas.

No quinto e sexto anos, o PS quer que se ensine matérias como o corpo em transformação, sexualidade e género, reprodução humana e crescimento, contracepção e planeamento familiar.



Entre os sétimo e nono anos, os socialistas pretendem que se ensine compreensão do ciclo menstrual e ovulatório, conhecimento das taxas de maternidade em geral e adolescência em particular, assim como conhecimento das taxas e tendências da interrupção voluntária da gravidez.

Nesta fase será também dado a

conhecer aos alunos “a legislação existente e os serviços a que podem recorrer no âmbito da saúde sexual reprodutiva”.

Já no ensino secundário, o diploma do PS propõe que se esclareça os alunos sobre questões como “igualdade entre pessoas independentemente do género e/ou orientação sexual” e “compreensão

das questões relativas à violência sexual e de género, bem como as questões éticas da sexualidade e relações amorosas”.

Também no secundário, o projecto de lei estabelece que se ensine o “conhecimento da legislação existente e os serviços a que os jovens podem acorrer no âmbito da saúde sexual e reprodutiva”.

Portugal na vanguarda das políticas de igualdade

As políticas sociais de apoio às famílias e de promoção da igualdade de género implementadas pelo Governo socialista colocam Portugal na vanguarda das licenças pós-parto, no contexto europeu, garantindo partilha de responsabilidades e rendimentos a mães e a pais. Foi esta a ideia central que emanou da audição pública sobre “Licença de Maternidade”, organizada pelas eurodeputadas socialistas Edite Estrela e Jamila Madeira.

MARY RODRIGUES

A AUDIÇÃO, realizada em Lisboa, no passado dia 7, visou recolher opiniões dos diversos parceiros sobre a proposta da Comissão Europeia (CE) de revisão da directiva 92/85, que regula actualmente a licença de maternidade nos países da União.

A proposta da CE prevê o alargamento de 14 para 18 semanas da licença para as mães e garantir rendimentos mínimos e associados ao seu salário.

Segundo o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, que tutela a área da Igualdade, Jorge Lacão, o novo Código do Trabalho, ao contemplar uma licença de parentalidade, constitui “uma mudança sem precedentes que se traduz num grande avanço civilizacional, económico e social, bem como

um enorme contributo para a luta contra a discriminação da mulher no meio laboral”.

Jorge Lacão, que intervinha da abertura da audição, salientou que a licença de parentalidade que existe hoje no nosso país é um instrumento efectivo de conciliação entre a esfera do trabalho e o meio familiar que ajuda a “combinar eficazmente as funções produtivas e reprodutivas” no contexto social moderno.

Por sua vez, a vice-presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade do Género, eurodeputada Edite Estrela, elencou as insuficiências da directiva 92/85 e apontou para as propostas presentes no quadro da discussão da sua revisão.

Edite Estrela vai apresentar uma proposta que aponta para 20 semanas de licença de maternidade (seis a oito dessas semanas a serem gozadas no período pós-parto), com 100% da remuneração garantida, a proibição de despedimento da mulher até 12 semanas após o termo da licença, a salvaguarda dos direitos no âmbito do posto de trabalho, flexibilização do horário para aleitação e recusa do trabalho suplementar e/ou nocturno.

Refira-se que no nosso país os progenitores têm direito a optar entre 150 dias seguidos e subsidiados a 100% de licença parental (partilhada), dos quais 90 têm de ser gozados obrigatoriamente a seguir ao parto, e uma licença até 180 dias seguidos, com 83% do salário de referência.

Têm também a possibilidade de prolongar a licença parental inicial por mais seis meses

subsidiados pela Segurança Social, sendo o subsídio no valor de 25% da remuneração de referência, concedido a ambos os cônjuges alteradamente.

Este cenário fez com que Edite Estrela sublinhasse com convicção e satisfação que “Portugal dá lições na Europa sobre políticas de igualdade”.

Por seu turno, a eurodeputada Jamila Madeira criticou o facto das instituições europeias estarem a discutir e alterar as licenças em “momentos diferentes e desfasados, sem que haja uma garantia de co-responsabilização”, considerando que este procedimento implica “uma perda de oportunidades”.

“A nossa lei e o nosso Código do Trabalho vão muito mais à frente que a proposta de directiva”, venceu, lembrando que na discussão desta directiva “parcelar” e de “abordagem particularmente feminina” não será possível passar a lógica da partilha de responsabilidades.

Na audição pública sobre “Licença de Maternidade” foram apresentadas abordagens de juristas, obstetras e especialistas em assuntos laborais, uma vez que as mulheres “têm de se sentir completas”.

A encerrar a audição, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, considerou que “uma Europa social passa também, essencialmente, pela defesa da igualdade, pela saúde e a segurança dos nossos homens e mulheres no trabalho e pela protecção dos direitos das nossas crianças”.

NOVOS DIREITOS SOCIAIS MAIOR IGUALDADE DO HOMEM NA PARENTALIDADE E ASSISTÊNCIA AOS FILHOS

COM o objectivo de incentivar a natalidade, facilitando a conciliação entre a vida profissional e familiar, por forma a melhorar os cuidados às crianças na primeira infância, o Conselho de Ministros de 12 de Fevereiro aprovou o regime de protecção social da parentalidade.

Nos termos da nova legislação, é aumentada a licença por nascimento de filho para 20 dias úteis 10 obrigatórios e 10 facultativos integralmente subsidiados pela Segurança Social. Aumenta-se também a licença parental para seis meses subsidiados a 83% ou cinco meses a 100% na situação de partilha da licença entre a mãe e o pai, em que este goze um período de 30 dias ou dois períodos de 15 dias em exclusividade.

Cria-se ainda a possibilidade de os pais prolongarem a licença parental inicial por mais seis meses subsidiados pela segurança social, sendo neste caso o subsídio, no valor de 25% da remuneração de referência, concedido a ambos os cônjuges alteradamente.

“As reformas profundas s

A sociedade portuguesa “saberá reconhecer o salto qualitativo possibilitado pelas políticas desenvolvidas por este Governo”, refere a ministra da Educação. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Maria de Lurdes Rodrigues considera que “as reformas profundas são sempre controversas”, mas sublinha que “o mais importante são as melhorias que as medidas tomadas permitiram introduzir em benefício de uma educação com mais qualidade e de uma escola para todos”. E afirma-se convicta de que “ninguém esquecerá” que foi este Executivo que, só a título de exemplo, introduziu o ensino do Inglês no 1.º ciclo e requalificou, de forma profunda, o parque escolar nacional.

Podemos dizer que a política educativa do Governo está no bom caminho?

Todas as reformas encetadas por este Executivo têm tido como objectivo a melhoria da escola pública e do serviço público de educação. A capacidade de execução das reformas do 1.º ciclo, o alargamento do ensino profissional às escolas secundárias públicas, a iniciativa Novas Oportunidades para a qualificação de jovens e adultos, entre outras, demonstram que caminhamos no bom sentido.

De todas as reformas que desenvolveu, a ADD tem sido a mais difícil? Disse recentemente que o processo de desempenho de professores está a decorrer com normalidade. Que dados pode apontar para sustentar esta sua apreciação?

Esta foi sem dúvida aquela reforma em que houve maiores resistências e, devemos admitir também, dificuldades de concretização. Por isso mesmo, introduzimos as alterações necessárias à resolução dos problemas identificados pelas escolas e professores. Neste momento, o processo está em andamento em todas as escolas e os órgãos executivos e professores certamente assumirão os seus direitos e responsabilidades para que a avaliação se realize nas melhores condições possíveis.

Como está a decorrer o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD)?

Já se realizaram duas rondas de reuniões para a revisão do Estatuto da Carreira Docente. O Ministério da Educação, sem prescindir dos princípios e objectivos fundamentais que orientaram a alteração do referido Estatuto, apresentou propostas no sentido de remover constrangimentos e criar novas oportunidades de progressão na carreira. Por exemplo, no acesso à categoria de professor-titular, foi proposto a abertura de um novo concurso e a criação de

novos escalões, tanto para a categoria de professor, como para a de professor-titular.

Que balanço faz do crescimento do ensino profissional nas escolas públicas? Para quando um debate mais amplo sobre a possibilidade de aumentar a escolaridade obrigatória até aos 12 anos de escolaridade?

O crescimento do número de cursos e de alunos no ensino profissional é realmente significativo. Entre 1997/1998 e 2003/2004 o número de alunos rondou os 30 mil, mas, a partir de 2005/2006, o forte impulso dado aos cursos profissionalizantes e a mobilização dos recursos humanos e tecnológicos da rede pública de escolas secundárias (complementando a oferta existente nas escolas profissionais) catapultou os números dos alunos inscritos para 45 mil no ano lectivo 2006/2007, e para 63 mil em 2007/2008, e mais do 90 mi neste ano lectivo.

É verdade que a expansão dos cursos profissionais – bem como a integração dos seus alunos – nas escolas secundárias introduz uma ruptura nas rotinas de trabalho e constitui um desafio para as escolas, para os professores e mesmo para os alunos que nelas trabalham e estudam. Estou convicta, porém, que esta decisão de des-segmentação do ensino profissional e a sua integração no mesmo espaço físico e organizacional onde são leccionadas as vias gerais do secundário é decisiva – inclusivamente do ponto de vista simbólico – na aposta que decidimos fazer numa via de ensino que faz este ano duas décadas de existência. O aumento contínuo de cursos e alunos no ensino profissional e a consolidação que este processo representa dá-nos outras condições para convocar toda a sociedade portuguesa, e a comunidade educativa em particular, para um debate amplo e sério sobre a possibilidade de alargar a escolaridade obrigatória



para 12 anos (ou até aos 18 anos de idade).

Quais são os resultados obtidos até hoje no combate ao abandono e insucesso escolares, que foi uma das prioridades políticas deste Governo?

As medidas de combate ao insucesso escolar têm produzido resultados muito positivos. Podemos medi-los através de dois indicadores:

– as taxas de cobertura para os alunos com idades entre os 16 e os 18 anos – que aumentaram substancialmente –, o que se tem vindo a traduzir por um significativo aumento de alunos nas escolas secundárias, resultado da diversificação da oferta formativa, nomeadamente pela criação de novos cursos profissionais, que permitiram trazer mais alunos à escola, alguns dos quais estariam já perdidos para o ensino.

– os milhares de cursos de educação e formação no ensino básico destinados aos jovens, que, tendo mais de 16 anos de idade, não o tinham concluído.

Ao mesmo tempo, existe um efeito destas medidas que não deve ser esquecido, e que se traduz no aumento continuado, nos últimos anos, do número de candidatos ao ensino superior. Isto representa uma inversão clara de um processo caracterizado, durante alguns anos

es, ministra da Educação

são sempre controversas”



componente de avaliação nas múltiplas dimensões do sistema, incluindo professores, escolas e alunos. Defendemos uma avaliação não apenas interna mas também externa, para, desse modo, proceder a ajustamentos. O estudo permite potenciar os pontos fortes das reformas iniciadas, através da identificação das áreas em que os resultados são os mais adequados, mas também indica quais as áreas que precisam de ajustes de forma a serem melhoradas. As recomendações feitas no estudo vêm ao encontro de algumas medidas já implementadas. É o caso, assim, do aumento da liderança e autonomia das escolas e agrupamentos, ou as mudanças ao nível do regime de gestão e administração das escolas. Neste sentido, o primeiro passo já foi dado através do estabelecimento de directores eleitos em conselho geral, uma medida que se quer ver complementada com o desenvolvimento das capacidades de formação, de forma a reforçar a autonomia.

Este esforço vai também de encontro à outra recomendação feita, que é o aumento da autonomia local como mecanismo de resposta e adaptação às necessidades locais – uma dinâmica já iniciada através de projectos-piloto de transferência de competências para escolas e conselhos executivos. Temos neste momento 22 contratos de autonomia assinados com escolas e agrupamentos, e há a intenção de prosseguir com o processo, dando continuidade à avaliação externa das escolas. Também ao nível dos municípios, foram assinados protocolos de transferência de competências para cerca de uma centena de autarquias.

Que balanço provisório faz do processo de transferência de competências para as autarquias realizada no início deste ano lectivo?

As melhorias nas condições de ensino e aprendizagem das escolas no 1º ciclo do ensino básico foram possíveis graças à parceria estratégica que, desde 2005, foi estabelecida entre o ME e as autarquias. É a esta parceria estratégica que se deve parte dos bons resultados que atingimos no 1º ciclo e que culmina na transferência de competências para as autarquias. Trata-se, em muitos casos, de uma transferência formal de competências, uma vez que muitas autarquias já desempenhavam num trabalho de grande proximidade com as escolas, e da passagem da responsabilidade da gestão das escolas do ensino básico para as autarquias.

Esta transferência de competências possibilita uma gestão mais próxima com responsabi-

lidades partilhadas e uma maior participação das comunidades e das famílias e, assim, a prestação de um melhor serviço público de educação. Concretizamos, desta forma, um caminho que é a regra por toda a Europa, pondo fim a uma centralização que, tendo sido necessária num período de crescimento do sistema, já não é uma vantagem. O Ministério da Educação continuará a trabalhar com todas as autarquias do país no processo de transferência de competências com o objectivo de, ainda nesta legislatura, podermos assinar mais contratos de execução.

No momento em que se assiste ao segundo lançamento do programa TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, que balanço faz do anterior?

O programa TEIP permitiu dar um apoio muito significativo a esco-



las localizadas em territórios problemáticos. Trata-se de um apoio que tem como objectivo fundamental a melhoria dos resultados escolares e a redução do abandono, e que envolve as comunidades, as autarquias e outros organismos públicos nesse esforço, que é continuado. Convém dizer que nem todas as medidas são dirigidas à totalidade das escolas e à totalidade dos alunos; muitas vezes o que precisamos de fazer é tratar de forma diferente o que é diferente, e colocar recursos nas escolas que mais precisam deles. Neste momento, podemos dizer que, nos 34 agrupamentos que apoiámos, já são visíveis as melhorias no ambiente das escolas, na redução das taxas de abandono, e na melhoria dos resultados escolares. Foi por esse motivo que alargámos o universo de intervenção, que passará de 34 para 100 agrupamentos.

Qual a importância das obras de requalificação das 75 escolas, recentemente anunciadas? Por que motivo foram antecipadas as

obras e aumentado o número de escolas intervencionadas?

A antecipação do arranque das obras das 75 escolas – ao contrário das 38 inicialmente previstas – abrangidas pela segunda fase do Programa de Modernização do Parque Escolar é explicada pela importância que este projecto assume na Iniciativa para o Investimento e Emprego decidida pelo Governo em Dezembro último. Esta iniciativa representa um esforço suplementar de todo o Governo de resposta à crise económica actual, e o programa de modernização do parque escolar, ao associar-se a este esforço, assume neste contexto particular uma importância acrescida. Prevemos ter em Agosto próximo 105 escolas em intervenção (ou a iniciar intervenção), ao contrário das cerca de 60 escolas inicialmente previstas, e estamos a preparar o lançamento de imediato da

preparar as escolas portuguesas para o futuro, abandonando um modelo de intervenção que, por contemplar apenas mudanças residuais em edifícios degradados, era incapaz de preparar o nosso parque escolar para as exigências do ensino presente e futuro.

O seu mandato tem sido marcado por contestações e elogios. Não teme que as recentes tensões com os docentes possam ter feito esquecer as marcas positivas do seu mandato?

As reformas profundas são sempre controversas. No entanto, o mais importante são as melhorias que as medidas tomadas permitiram introduzir em benefício de uma educação com mais qualidade e de uma escola para todos. Ninguém esquecerá que foi este executivo que, por exemplo, introduziu o ensino do Inglês no 1.º ciclo ou requalificou de forma profunda, o parque escolar nacional. Estou certa de que no final isso não será esquecido, e que a sociedade portuguesa saberá reconhecer o salto qualitativo possibilitado pelas políticas desenvolvidas por este Governo.

No próximo dia 12 cumpre quatro anos como ministra da Educação. Que escola construiu até agora?

Estou convicta que o sistema educativo fez, ao longo destes anos, progressos significativos em diferentes áreas estruturantes. Avançámos decisivamente na direcção, por exemplo, de uma melhor formação dos recursos humanos; de um aumento da qualidade das práticas de ensino e de aprendizagem; de prevenção do insucesso e do abandono escolar; do investimento no ensino profissional; da requalificação do parque escolar; da melhoria dos instrumentos de gestão e de avaliação dos estabelecimentos e da carreira docente; da descentralização das competências e de envolvimento das autarquias e da comunidade educativa; do reforço da autonomia das escolas; do aumento do apoio às famílias; ou da construção de uma escola inclusiva.

As mudanças introduzidas são profundas, e se algumas produzem efeitos imediatos de grande importância, outros necessitam de uma consolidação política e institucional no futuro próximo. É importante ter em consideração que a valorização da escola pública e a melhoria de qualidade do ensino para todos é uma dinâmica feita de constante construção política, maturação institucional e avaliação das medidas, para corrigir os eventuais problemas de concretização que possam surgir.

na primeira metade desta década, de perda de alunos neste nível de ensino.

Com que espírito recebeu as conclusões do relatório de avaliação feito por peritos internacionais às reformas do 1º Ciclo, no qual se tecem rasgados elogios às políticas do Ministério neste domínio?

Uma das prioridades deste Governo é o desenvolvimento da

OPINIÃO



ARTUR PENEDOS
Assessor do primeiro-ministro

É decisivo assumir medidas que reforcem a protecção social dos que experimentam maiores dificuldades no regresso ao mercado de trabalho

COMBATER A CRISE E RECUSAR O PESSIMISMO!

VENCER o desânimo e desenvolver actividades que reanimem o consumo, a produção industrial e a economia, é tarefa a que não podemos nem devemos furtar-nos.

A crise financeira que se abateu sobre o mundo, de contornos ainda não completamente definidos, está a provocar o arrefecimento das economias, a causar enorme perturbação no equilíbrio socioeconómico e a produzir enormes danos na vida dos cidadãos, com especial incidência na destruição do emprego e na consequente exclusão social que este gera.

A extensão da crise, já ninguém duvida, é de dimensão global e, ao contrário do que muitos possam dizer – especialmente a dr.^a Ferreira Leite – ela não se resolve com discursos pessimistas ou derrotistas, mas essencialmente através de acções que estimulem a sociedade a recuperar os índices de confiança que melhor sirvam o desenvolvimento e a retoma económica.

Vencer o desânimo e desenvolver actividades que reanimem o consumo, a produção industrial e a economia, é tarefa a que não podemos nem devemos furtar-nos, porque o que verdadeiramente necessitamos é de restaurar a confiança e a ousadia dos cidadãos, especialmente dos que hoje são as grandes vítimas do desemprego e dos trágicos resultados que ele provoca.

A crise, não podemos ignorar, surgiu do interior do sistema financeiro e a primeira obrigação de quem governa só podia ser uma, promover a rápida estabilização do sistema para garantir às empresas o restabelecimento dos fluxos de crédito e a oportunidade de se ajustarem às novas exigências do mercado.

É necessário restaurar a confiança e a ousadia dos cidadãos, especialmente dos que hoje são as grandes vítimas do desemprego

Da crise financeira rapidamente se passou a uma crise de confiança e com ela ao abrandamento do consumo, circunstância que afectou quase irremediavelmente o tecido económico nacional e internacional – mesmo o mais competitivo – e que fez disparar o desemprego de forma brutal e incontrolável.

Perante tão imprevisível e dramático cenário era imprescindível proteger e criar emprego e, por isso, todos temos a obrigação de estar disponíveis para unir esforços em torno da “declaração de guerra” à crise, ao desânimo e à inacção.

O nosso empenhamento individual e colectivo é fundamental, direi mesmo decisivo, para vencer tão importante desafio.

Do Governo, enquanto regulador da economia e principal motor do investimento, especialmente o público, espera-se um papel responsável e de atitudes à altura das necessidades e nessas, sabemos bem, não cabem atitudes do tipo cruzar os braços e ficar à espera que a crise passe, porque esse não é, seguramente, um bom caminho.

Esse, como é público e notório, não é o caminho que o Governo do Partido Socialista decidiu abraçar. Esse é o papel dos que apenas procuram colher vantagem com o mal alheio, dos que vivem para retirar benefício da grave situação que vivemos e que, por isso, se batem contra o investimento público e contra a reanimação do tecido económico – como é o caso do tacticismo

calculista do PSD da dr.^a Ferreira Leite. Mas, quem assim procede, comete um grave erro e prejudica seriamente o país e os cidadãos.

Os Governos têm o dever, direi mesmo, a obrigação, de reduzir o impacto da crise – estamos perante uma daquelas que acontece apenas uma vez na vida – e, por isso, devem apresentar novos planos de investimento e novas formas de resolução dos problemas, porque o que verdadeiramente importa é investir no futuro dos portugueses.

Os agentes sociais, especialmente as empresas, é minha convicção, não podem, na difícil situação que se abateu sobre o mundo, ignorar a sua função social e muito menos esquecer ou desprezar o papel que a sociedade sempre lhes reserva.

Temos obrigação moral de criar novas oportunidades para a economia, para os jovens e para os desempregados e essa será a única resposta que o país espera de nós

A tentação das empresas, observável a nível global, configura um inaceitável aproveitamento da crise para deslocalizar a produção ou, através de alegadas reestruturações, colocar no desemprego milhões de cidadãos. Ora, não sendo esses comportamentos aceitáveis e muito menos admissíveis, impõe-se, especialmente por razões éticas, que assumamos com determinação o combate a essas tentações.

Os meus valores de referência levam-me a assumir a defesa do emprego, a criação e manutenção dos postos de trabalho, o aumento da protecção social e a adopção de uma política inclusiva. Não tenho dúvidas de que temos a obrigação moral de criar novas oportunidades para a economia, para os jovens e para os desempregados. Essa será, sem margem para dúvidas, a única resposta que o país espera de nós.

Sei bem que o Governo está consciente dessa necessidade e que assumiu e vai continuar a assumir as mais diversas respostas e, por isso, destaco as medidas de apoio ao regresso ao trabalho dos desempregados com mais de 55 anos de idade, como forma de garantir a efectiva integração social de uma faixa de cidadãos que o único “crime” que terão cometido foi terem nascido há mais de cinquenta anos!

Mas, as nossas acções não podem limitar-se a criar e a proteger o emprego. É necessário, direi mesmo decisivo, assumir medidas que reforcem a protecção social dos que experimentam maiores dificuldades no regresso ao mercado de trabalho.

Alargar a protecção social é, igualmente, uma necessidade que não pode ser descurada. Sei bem que os custos podem ser elevados, mas também sei e não me canso de o afirmar, que há despesas que, pelos reflexos que têm nas sociedades e na vida das pessoas, podem e devem ser feitas. São imperativos a que não podemos, nem devemos virar as costas.

A economia social também pode ter um papel decisivo na resolução dos problemas que afectam a humanidade. A acção dos agentes sociais, é sabido, gera sempre novas e adequadas respostas para as necessidades emergentes e, por isso, estou convencido de que o reforço da aliança entre o Estado e essas organizações será crucial para combater os desafios que temos pela frente.

Câmara de Faro lança medidas para ajudar empresas e famílias em dificuldades

UM PACOTE de seis medidas, no valor de 150 mil euros para ajudar as famílias e as empresas do concelho mais atingidas pela crise financeira e económica mundial, vai ser posto em execução a partir de Maio pela Câmara Municipal de Faro.

O anúncio foi feito no dia 10, em conferência de Imprensa, pelo presidente da edilidade, o socialista José Apolinário, onde afirmou que algumas Pequenas e Médias Empresas (PME) e famílias de Faro estão “asfixiadas” com a actual crise e adiantou ter conhecimento de vários casos de “pobreza escondida” de pessoas que já não têm dinheiro para pagar as rendas de casa e para adquirirem os bens essenciais.

“Temos cerca de mil famílias inscritas para habitação e identificadas 250 pessoas a viver em pobreza extrema, mas há muita pobreza escondida”, alertou Apolinário, referindo que em 2006 lhe chegavam pedidos para obtenção de casas, mas



que nos últimos meses os pedidos de ajuda são para pagar as rendas e empréstimos.

Algumas PME do concelho também estão com problemas de liquidez pelo que o município propôs contrair dois empréstimos no valor global de 9,2 milhões de euros para “pagar dívidas a fornecedores”.

Segundo o autarca socialista, os empréstimos vão converter a dívida aos fornecedores de “curto prazo em médio prazo”, permitindo introduzir dinheiro na economia,

mas a autarquia está ainda a “aguardar decisão governamental” para avançar com os empréstimos.

Um tarifário reduzido para o preço da água para famílias numerosas e pensionistas, manter em 2009 as tarifas da rede de Mini-Bus, desenvolver uma rede de distribuição de bens alimentares com o Banco Alimentar do Algarve e fraccionar o pagamento das taxas e licenças de construção e urbanização são outras medidas de apoio anunciadas por Apolinário.

Segundo número de “Unir Lisboa”

UMA entrevista-balanço com António Costa, presidente da autarquia alfacinha, é a manchete do segundo número da “Unir Lisboa”, uma publicação dirigida pelo camarada José Manuel Mesquita, no âmbito da Concelhia socialista de Lisboa.

Ao longo das 8 páginas da edição de Fevereiro deste jornal, os leitores podem encontrar notícias sobre o que foi feito para recuperar financeiramente a autarquia e sobre as prioridades de investimento municipal para o corrente ano.

As intervenções ur-



banas projectadas e em curso, a adjudicação da reconstrução do Teatro Capitólio e, ainda,

a solução encontrada para o Parque Mayer são outras matérias do “Unir Lisboa”.

Salgado defende para Lisboa casas a custos controlados

OS PROMOTORES imobiliários deviam passar a destinar cerca de um quarto dos fogos para habitações a custos controlados, facto que, a verificar-se, ajudaria a trazer de volta à cidade a classe média.

A ideia foi defendida pelo responsável pela área do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Salgado, que falava numa conferência realizada nos Paços do Concelho, subordinada ao tema “A Nova Carta Estratégia de Lisboa”, 2010/2024, tendo sublinhado, a certa altura, que tanto esta como outras soluções “têm de ser ponderadas e encontradas na discussão e na troca de opiniões com as restantes forças partidárias”, uma vez que, como garantiu, “não temos soluções mágicas para todos os problemas”.

O concelho de Lisboa, lembrou Manuel Salgado, perdeu nos últimos 30 anos mais de 300 mil moradores, “essencialmente da classe média”, que por questões de ordem económica, “a sua capacidade financeira deixou de poder acompanhar os elevadíssimos preços praticados em Lisboa”, tiveram que procurar casa nos municípios periféricos.

Sem todavia esquecer o “notável esforço de erradicação de barracas”, iniciativa que permi-



tiu realojar cerca de 100 mil pessoas em bairros municipais, o fenómeno da desertificação continua a constituir um dos primeiros problemas com que a cidade se defronta e para o qual, na opinião deste responsável, a edilidade tem de ajudar a encontrar as soluções adequadas.

Na perspectiva do vereador um dos problemas que está na raiz de uma certa desordem em que a cidade se encontra mergulhada, prende-se, como defende, com o facto de ao longo das últimas décadas não se ter feito valer de forma eficaz o peso do planeamento, o que teria permitido,

na sua perspectiva, “desenhar a cidade como um todo e responder com coerência às múltiplas e fragmentadas iniciativas dos promotores”.

A Carta Estratégia de Lisboa, recorde-se, é um documento considerado fundamental e que servirá principalmente para elencar os objectivos para o futuro da cidade, com reflexos óbvios no PDM, que se encontra presentemente em revisão, mas que para além disto constituirá igualmente um utensílio muito útil para os restantes instrumentos de programação das actividades do município. **R.S.A.**

OPINIÃO



HORÁCIO ANTUNES
Deputado do PS

Julgo que Portugal encontra-se hoje melhor preparado para responder, de forma pronta e organizada, aos incêndios florestais

DON 1/2009 – MAIS UM PASSO NA CONSOLIDAÇÃO DA PROTECÇÃO CIVIL EM PORTUGAL

RECENTEMENTE assisti à apresentação pública da Directiva Operacional Nacional n.º 1/2009, que estabelece o Dispositivo Integrado de Operações de Protecção e Socorro (DIOPS). No meu entender, esta Directiva da Autoridade Nacional de Protecção Civil, ao definir as formas de mobilização, prontidão, empenhamento e gestão do emprego dos meios e recursos de protecção e socorro, é mais um passo firme na consolidação da Protecção Civil em Portugal.

A Directiva Operacional Nacional que entrou em vigor define o conjunto de procedimentos de actuação das várias entidades que integram o DIOPS, face a uma multiplicidade de situações de emergência, tais como ondas de calor, cheias e inundações ou os fenómenos meteorológicos extremos. Esta directiva também serve de base para a preparação do planeamento de Protecção Civil à escala distrital e municipal, no quadro do Sistema Integrado de Operações de Protecção Civil (SIOPS).

Os incêndios florestais, tal como sucede com os eventos sísmicos da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve, serão objecto de directivas operacionais autónomas, já que incluem a definição de operações de protecção e socorro especializadas, mas sempre numa lógica de complementaridade com esta Directiva Operacional Nacional.

Na minha actividade parlamentar tenho acompanhado de perto a Reforma da Protecção Civil realizada por este Governo. Uma Reforma ambiciosa que foi encetada em 2005, com grande determinação, pelo então ministro António Costa e que viria a ser consolidada com a aprovação, na Assembleia da República, da Lei de Bases da Protecção Civil em 2006. Esta importante reforma tem sido prosseguida pelo actual titular da pasta da Administração Interna.

De facto, assisti ao longo destes quatro anos a um trabalho de fundo, exemplar na afirmação da credibilidade e da organização do Sistema de Protecção Civil em Portugal. Actualmente, fruto das medidas adoptadas, o sistema detém uma capacidade de resposta mais eficaz e com maior eficiência na gestão dos meios disponíveis. Em suma, os portugueses reconhecem e confiam na prontidão e na qualidade da resposta operacional da Protecção Civil a uma situação de catástrofe.

Não posso terminar sem fazer uma referência aos acontecimentos trágicos recentemente ocorridos no sudeste australiano, em consequência de uma série de incêndios florestais devastadores. Tratou-se de uma catástrofe humanitária sem precedentes à escala mundial em matéria de incêndios florestais e que constitui mais um alerta para os cenários do aquecimento global.

A Assembleia da República já expressou a sua solidariedade, tendo aprovado, por unanimidade, um voto de pesar e cumprido um minuto de silêncio pelas vítimas mortais dos incêndios florestais e que já ultrapassam as duas centenas.

Os incêndios florestais constituem a principal preocupação da Protecção Civil em Portugal. Ainda no passado recente, primeiro em 2003 e dois anos depois, em 2005, o país foi palco das chamadas, que causaram a perda de centenas de milhares de hectares de floresta. Nestes incêndios pereceram 39 pessoas, 23 das quais eram civis, e tal como sucedeu na Austrália, morreram cercados pelo fogo quando tentavam proteger as suas casas e os bens de uma vida de trabalho.

Julgo que Portugal encontra-se hoje melhor preparado para responder, de forma pronta e organizada, aos incêndios florestais. Contudo, ainda existe muito trabalho para fazer e os ensinamentos da tragédia vivida na Austrália serão, sem dúvida, importantes para continuar a evoluir, designadamente na gestão da interface urbano/florestal e no envolvimento das populações na auto-protecção face aos incêndios florestais.

Concluo com uma palavra de felicitação ao dr. Rui Pereira, ministro da Administração Interna. Partilho em absoluto da mensagem de confiança que transmitiu ao país na apresentação pública da DON n.º 1/2009, ao afirmar que “Portugal ficou mais seguro”. Faço votos de continuação deste bom trabalho em prol da Protecção Civil em Portugal.

Ciclo de formação autárquica do PS/VRSA Órgãos deliberativos no centro da democracia local

A IMPORTÂNCIA da utilização de “boas práticas democráticas, em sede dos órgãos deliberativos, afinal aqueles que garantem a fiscalização da acção executiva autárquica e a aprovação dos documentos mais importantes para as freguesias e para os municípios”, foi realçada pelo deputado socialista Pedro Farmhouse, no dia 7, na segunda sessão do ciclo de formação autárquica, promovido pelo PS de Vila Real de Santo António, que contou com a participação de várias dezenas de militantes.

Pedro Farmhouse, membro efectivo da Comissão Parlamentar de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território e actual presidente da Assembleia Municipal de Loures, abordou o tema “Órgãos deliberativos e direito de oposição”, à luz do quadro jurídico vigente.

Na sua intervenção inicial, o deputado do PS referiu-se à ne-

cessidade de se proceder à revisão da lei eleitoral autárquica, a qual só se mantém inalterada porque o PSD rompeu o pacto que tinha acordado com socialistas sobre esta matéria. Com o actual sistema, segundo Pedro Farmhouse, verifica-se uma distorção ao nível dos municípios, ao contrário das freguesias, uma vez que maioria e oposição se encontram representadas no órgão executivo. Por outro lado, considerou que não é dada a devida importância às assembleias municipais e de freguesia, as quais deveriam ser o principal palco de debate político e centro da democracia local. Nessa linha defendeu também que as assembleias devem exercer na sua plenitude a sua função fiscalizadora sobre os executivos e zelar pelo cumprimento das promessas eleitorais apresentadas pelo partido vencedor.

No período final, destinado às perguntas dos participantes,

Pedro Farmhouse foi confrontado com vários relatos de más práticas nos órgãos deliberativos do concelho de Vila Real de Santo António, designadamente na freguesia de Monte Gordo, onde se aguarda há três anos pelas actas das reuniões, bem como na assembleia municipal, onde sistematicamente se ignora o Estatuto do Direito de Oposição.

Pedro Farmhouse lamentou profundamente esse tipo de atitude, por parte de quem detém circunstancialmente a maioria, e exortou os autarcas socialistas a continuarem a defender os interesses dos seus eleitores e a fazerem valer os seus direitos juntos das instâncias competentes.

A próxima sessão deste ciclo de formação autárquica vai ter lugar no próximo dia 14 de Março, com a presença do deputado João Serrano, que irá debruçar-se sobre “Técnicas de discurso e debate”.

Aurélio Marcos, candidato à Câmara de Lagoa

“Com a minha liderança a Câmara terá uma atitude proactiva”

Confiante numa vitória do PS nas autárquicas de 2009, Aurélio Marcos promete iniciar “um novo ciclo” de governação municipal, através de um projecto de mudança que porá fim à “má gestão do PSD” e dará respostas aos “anseios e inquietações” dos cidadãos do concelho. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o candidato do PS não poupa críticas à maioria laranja na autarquia, que acusa de ter privilegiado “o foguetório avulso e o alcatrão” e de alimentar “uma rede de clientelismo”, elogiando a “eficaz actuação do Governo no concelho ao nível das políticas sociais”.



Aurélio Marcos, candidato à Câmara Municipal de Lagoa, e Vasco Franco, candidato à Assembleia Municipal

Em 2005 esteve a poucos votos de recuperar a Câmara de Lagoa para o PS. Agora decidiu de novo ser candidato. Quais as suas expectativas?

Em 2005 candidatei-me à Câmara Municipal de Lagoa pelo PS após um largo período de afastamento da vida política, durante o qual fui cidadão interveniente e abracei causas de cariz social, nomeadamente presidindo à direcção da maior IPSS do concelho, o Centro Popular de Lagoa, com intervenção na área da primeira infância e da terceira idade.

Em 2005, como agora, com a confiança redobrada pelo trabalho autárquico desenvolvido e acarinhado pelo crescente apoio dos munícipes do concelho de Lagoa, decidi candidatar-me de novo com a certeza da vitória nas eleições autárquicas de 2009, iniciando um novo ciclo de governação municipal que porá fim à má gestão do PSD e que dê respostas aos anseios e inquietações dos cidadãos e à satisfação dos direitos sociais da população, corrigindo-se as assimetrias que a crise económica e financeira acentuou.

Com ousadia, coragem, iniciativa, generosidade, espírito solidário, capacidade e competência, implementaremos novos modelos e estratégias, novas ideias e novas políticas sociais.

Como avalia a gestão da Câmara Municipal pelo PSD?

Numa das autarquias que mais

dinheiro cobra aos seus munícipes e que tem um dos melhores “ratios” nacionais de orçamento per capita, criaram-se maus hábitos e vícios de gestão de quem há muito tempo detém o poder, sendo cada vez mais evidente o desnorte na gestão de projectos e dinheiros públicos, como os casos da Escola de Trânsito, da Ecovia, da Lixeira Municipal a céu aberto ilegal ou o recente caso da Habitação a Custos Controlados de Ferragudo, que regista um significativo número de atropelos à lei e cujo desfecho se desconhece.

Privilegiou-se assim o foguetório avulso e o alcatrão, gastando-se parte significativa do orçamento camarário a legitimar políticas eleitoralistas de perpetuação do poder e alimentando uma rede de clientelismo, em detrimento duma intervenção concertada, nomeadamente nas áreas da educação, do emprego, da economia, do ambiente, do urbanismo e da requalificação urbana, sendo inadmissível que num concelho onde se apregoa a qualidade e harmonia, ainda existam urbanizações sem saneamento básico.

Que balanço faz do seu mandato autárquico enquanto vereador?

O balanço destes três últimos anos é, para além de muito positivo, reconfortante. O Partido Socialista, fruto do trabalho articulado dos seus vereadores, tem desenvolvido na Câmara de Lagoa um combate permanente, incessante e determinado, apresentando projectos, pro-

postas e soluções que permitiram ao PS recuperar a iniciativa política em Lagoa e construir um projecto sólido e solidário de mudança. Privilegiou-se também uma relação de proximidade ente nós e os eleitores, respondendo-se desta forma às expectativas da população de Lagoa, renovando-se e ampliando-se a confiança dos cidadãos nas nossas políticas, nos nossos projectos, na nossa capacidade e na nossa eficácia governativa.

Como tem sentido a acção do Governo PS no seu concelho?

Só um cidadão muito desatento não se aperceberia da eficaz actuação do Governo ao nível das políticas sociais, concretamente no apoio às IPSS, cujo papel é fundamental no apoio a crianças e idosos, na Rede de Cuidados Continuados, através da Unidade de Longa Duração de Estombar, do Ensino Articulado que permite a formação musical de cerca de 300 crianças e jovens, do Centro de Novas Oportunidades, dos Cursos de Educação e Formação, das Actividades de Enriquecimento Curricular e Prolongamentos de Horário, que tão importantes têm sido para as famílias do nosso concelho.

Contudo, torna-se cada vez mais evidente a apatia e incúria por parte do PSD local e do actual presidente da câmara na relação com as direcções regionais e demais organismos desconcentrados do Estado na região, desprezando a busca de soluções concertadas que vão de en-

“A Câmara de Lagoa, sob a minha presidência, terá uma atitude muito mais proactiva, que passará pela aplicação imediata de medidas de apoio”

contro aos anseios e inquietações da população, e remetendo a responsabilidade dos seus próprios erros e falhas para essas mesmas entidades, quando na realidade se trata pura e simplesmente de inércia, falta de visão e de vontade para a resolução dos problemas.

Que papel pode desempenhar a autarquia na resposta imediata à actual situação de crise?

A partir das próximas eleições autárquicas de 2009, a Câmara de Lagoa, sob a minha presidência, terá uma atitude muito mais proactiva, que passará pela aplicação imediata de medidas de apoio às empresas que operam localmente e ainda por tornar mais céleres os processos de decisão no que diz respeito aos projectos que tragam valor acrescentado ao concelho, a nível

económico, da empregabilidade e das boas práticas ambientais.

Defendo uma relação de proximidade, transparência e confiança com os agentes económicos do concelho, a quem considero parceiros privilegiados no combate ao desemprego e outras situações de pobreza e fragilidade social. Dada a actual conjuntura de crise que se vive, cabe também ao município uma intervenção dinamizadora de projectos que estimulem a economia local no imediato.

Para os momentos difíceis são necessárias medidas e projectos ajustados à realidade económica e social, vontade e acção redobradas.

Num concelho em que quatro das seis freguesias são PS, como encara a articulação que no futuro deverão ter a Câmara e as Juntas de Freguesia?

Acredito que devemos mudar o paradigma da delegação de competências para as juntas de freguesia, que pelo seu papel fundamental de proximidade aos eleitores, devem ser dotadas das competências e dos meios para um maior intervenção ao nível das políticas municipais ligadas às áreas sociais, de educação e culturais.

Como candidato à Câmara, está naturalmente a acompanhar o processo de escolhas autárquicas. Como está a decorrer esse processo?

Relativamente a esta matéria tenho acompanhado o trabalho reali-

EMÍDIO MESQUITA É DE NOVO CANDIDATO A FOZ CÔA

A COMISSÃO Política Concelhia do Partido Socialista de Vila Nova de Foz Côa aprovou o nome de Emílio Mesquita, actual presidente da Câmara Municipal, para assumir a recandidatura ao cargo que exerce desde 2005 nas eleições autárquicas deste ano.

A recandidatura de Emílio Mesquita justifica-se por duas principais ordens de razão: pelo seu excelente mandato que catapultou Foz Côa para níveis de desenvolvimento nunca antes alcançados, e pelo facto de ter sido o primeiro candidato eleito nas listas do PS a conseguir pôr termo a 30 anos consecutivos de desgovernação do PSD, protagonizando uma viragem política sem precedentes na vida do município.

Tratou-se “de uma escolha natural”, não havendo “lugar a qualquer indefinição”, segundo a Concelhia de Foz Côa.

Foi com a gestão de Emílio Mesquita, dizem, que o concelho pode finalmente verificar o avanço de um conjunto de obras que há muito eram reivindicadas pela população, como é o caso do Museu do Côa, o IP2, a EN222 ou o IC34, entre outras, acções que estavam prometidas desde há muitos anos e que as anteriores gestões a cargo do PSD foram sucessivamente adiando mostrando assim a sua incapacidade de empreender.



Das várias iniciativas dinamizadas pela autarquia, sublinha o PS, sobressai a aposta que a actual equipa camarária tem vindo a desenvolver em prol do sector turístico, mas também a atenção que tem dedicado à população mais idosa e carenciada, ou ainda o importante investimento que tem canalizado para a área da educação.

“Estamos certos de que só com a vitória do Partido Socialista será possível transformar Foz Côa num concelho moderno, mais afirmativo e desenvolvido”, dizem os socialistas, sublinhando ainda que um dos combates que se colocam aos responsáveis autárquicos “é inverter

a desertificação e o desemprego”, fenómenos que colocam o município perante a urgente necessidade de encontrar as soluções adequadas que vão ao encontro do interesse da população, das suas necessidades e das suas aspirações.

O Partido Socialista de Foz Côa relembra que se assume como uma força política responsável, cujo único objectivo é “trabalhar exclusivamente para o desenvolvimento do concelho”, evitando desvios minados por “ambições pessoais e assentes na injúria”, ou em campanhas eleitorais “demagógicas e populistas, centradas na falsidade e na difamação”. **R.S.A.**

zado pela Comissão Política e as suas escolhas, sendo que neste momento já estão definidos todos os cabeças de lista às Juntas de Freguesia e também o candidato à Assembleia Municipal que será o nosso camarada Vasco Franco, tendo-se iniciado assim a constituição de listas e elaboração dos respectivos programas autárquicos. O processo está por isso a correr bem e dentro dos prazos definidos pela direcção do PS/Lagoa em articulação com os cabeças de lista.

Quais as suas prioridades ao nível do programa autárquico?

Neste novo rumo autárquico, neste desafio, nesta nova geração de políticas municipais, visaremos a área da acção social através do diagnóstico social do concelho, implementando medidas que permitam satisfazer as graves carências nesta área, quer através da dinamização do cartão municipal do idoso, quer através do apoio da autarquia a pequenas reparações aos idosos e famílias mais desfavorecidas, quer através da promoção do apoio domiciliário e de enfermagem, quer através de medidas que minimizem as dificuldades de mobilidade para deficientes e pessoas de mobilidade reduzida, no espaço público e nos equipamentos municipais, quer através de uma política de tarifas especiais para os cidadãos mais idosos com menores recursos e famílias numerosas, que incida sobre o consumo doméstico de água, saneamento e resíduos sólidos.

Na área da acção social e educação assumimos o compromisso de promover como prioridade da governação municipal uma efectiva política de cobertura de creches e de estabelecimentos de educação pré-escolar nas várias freguesias do concelho de Lagoa, que seja correctora de assimetrias sociais e promotora de sucesso educativo, bem como uma efectiva cobertura da rede dos transportes escolares e de acção social escolar.

Promoveremos a participação activa dos cidadãos de Lagoa chamando-os a participarem na gestão municipal através da implementação do orçamento participativo para que sejam os munícipes a decidir como querem que sejam utilizados os impostos que pagam, promovendo-se desta forma uma cidadania activa, a transparência e o controle de execução orçamental, valorizando-se a democracia local.

Adoptaremos políticas de gestão municipal que potenciem a qualidade de vida, requalificando os espaços existentes, com especial ênfase para o Parque de Feiras e Exposições, vulgo Fatacil, criando-se novas áreas verdes e espaços ajardinados de lazer, eventos, práticas sociais, hábitos de vida saudável e

educação ambiental.

Na área da economia, entre outras medidas, privilegiaremos as parcerias público-privadas, apoiaremos actividades económicas locais, dinamizaremos as estruturas socio-económicas através da criação de condições para o acolhimento e fixação de jovens e de iniciativas que possam gerar emprego e qualificação, nomeadamente com a criação de um ninho de empresas com especial enfoque para as de índole tecnológica, fomentaremos o comércio local, dinamizando os cascos urbanos tradicionais através de uma adequada política de acessibilidades e parqueamentos.

Nos espaços urbanos, descaracterizados por uma total ausência de políticas de requalificação, privilegiaremos apoios para recuperação de edifícios degradados, tratamento do espaço envolvente, criação de bolsas de estacionamento articuladas com a circulação pedonal, criação de corredores verdes e ciclovias e a introdução de espaços qualificados de pequeno comércio de apoio residencial ou turístico.

Apostaremos em soluções inovadoras de governação urbana com a construção e reabilitação dos edifícios, alguns deles municipais, que se encontram degradados e ao abandono e que reflectem o desmazelo e incúria do actual executivo PSD pelo património municipal; incentivaremos e apoiaremos a eficácia energética nomeadamente na construção; o tratamento e valorização de resíduos; a segurança e mobilidade interna dos centros urbanos.

Daremos especial satisfação aos anseios da população do concelho de Lagoa que clama por mais segurança através duma articulação permanente entre o município e as forças policiais.

Teremos especial e justificada atenção à reorganização dos serviços municipais e estudaremos novas medidas de gestão municipal, com enfoque na qualificação dos funcionários através da sua formação; incentivaremos e apoiaremos a sua actividade e a dos serviços sociais do Município e promoveremos a certificação de qualidade do Serviço Municipal.

Comprometemo-nos também a rever, quando necessário e os recursos financeiros do município o permitam, os índices e taxas do IMI como forma de promover uma efectiva política de atracção e fixação de jovens no concelho e de correcção de desigualdades sociais, diminuindo assim a carga fiscal nas famílias mais desfavorecidas e invertendo a lógica e política implementada pelo PSD que tem vindo a transformar algumas áreas do concelho em zonas dormitório.

FILIPE CAMELO É O CANDIDATO DO PS À CÂMARA DE SEIA

EM ELEIÇÕES directas, os militantes do PS/Seia escolheram Carlos Filipe Camelo para candidato a presidente do município nas próximas eleições autárquicas.

O actual vice-presidente da Câmara de Seia obteve 163 votos, contra 34 do outro candidato, o camarada António Maximino, num acto eleitoral em que votaram 200 militantes, num universo de 248.

Segundo Filipe Camelo, estas eleições revelaram “a maturidade cívica e política dos militantes, expressa na forte participação registada”.

Filipe Camelo adiantou ainda ao “Acção Socialista” que, enquanto vice-presidente da Câmara de Seia, tem “orgulho no trabalho desenvolvido” ao longo dos últimos anos e



que está em condições, pelo conhecimento que tem das “debilidades e oportunidades” do concelho, de

ser “o portador de um novo ciclo de aprofundamento do desenvolvimento económico e social”.

O candidato socialista sublinhou que pretende estimular a fixação da população jovem no concelho, referindo que quer “mobilizar os jovens para a economia do conhecimento, da inovação e do empreendedorismo, fazendo de Seia uma cidade de referência em termos ambientais”.

Neste contexto, Filipe Camelo defende que “é necessário criar sinergias entre a autarquia e a sociedade civil, de forma a estimular projectos e acções que alavanquem novas dinâmicas de criação de emprego”.

JANTAR DE APRESENTAÇÃO DO CANDIDATO DO PS À CÂMARA DE SARDOAL

VAI ter lugar no próximo dia 7 de Março, pelas 19 horas, no restaurante “As Três Naus”, um jantar de apresentação do candidato do PS à Câmara do Sardoal, Fernando Vasco, que decorrerá sob o lema “Com esperança a caminho da mudança, contamos com todos os sardoalenses”.

Neste jantar serão publicamente apresentados os candidatos do PS à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, bem como os respectivos números dois.

As inscrições poderão ser efectuadas pelo telefone 910314349 ou pelo e-mail sardoal2009@gmail.com.

Emprego 2009

VIVEMOS numa situação de crise global que afecta todas as economias do mundo. Começou com uma crise financeira nos EUA e rapidamente se estendeu à economia real afectando hoje todo o planeta.

A actual crise é de alcance imprevisível e para ser enfrentada necessita da participação activa de todos.

Perante o evidente agravamento das perspectivas económicas, a política do governo em matéria económica concentra-se agora num forte esforço orçamental de apoio ao investimento e ao emprego, de apoio às famílias mais vulneráveis e de reforço à estabilidade financeira

Em Dezembro último, o Governo Português apresentou a "Iniciativa para o Investimento e o Emprego", um conjunto de medidas de combate aos efeitos da crise e concentrando-as no reforço do investimento público, de estímulo ao investimento privado e de apoio ao emprego.

Iniciativa Emprego 2009 – Motivação e descrição das medidas:

No início deste mês, o Governo apresentou a INICIATIVA EMPREGO 2009, sublinhando a importância do reforço das políticas públicas de emprego na actual conjuntura.

Esta opção resulta da forte convicção de que é possível e é imperioso agir sobre as dinâmicas de criação e destruição de emprego através de medidas activas. Porque na actual conjuntura, é necessário concentrar recursos na defesa dos trabalhado-

res com empregos em risco, dos milhares de jovens que anualmente entram no mercado de trabalho e dos trabalhadores que ficaram no desemprego.

A INICIATIVA EMPREGO 2009, que representa um investimento acrescido em políticas públicas de emprego no valor de 580 milhões de euros, assenta em quatro pilares:

- i) apoiar a manutenção do emprego;
- ii) estimular a inserção de jovens no mercado de trabalho;
- iii) promover a transição do desemprego para o emprego; e
- iv) reforçar a protecção social dos que experimentam maior dificuldade de regresso ao mercado de trabalho.

– Através da redução em três pontos percentuais da taxa social única a cargo do empregador, relativa aos trabalhadores com mais de 45 anos, apoia-se meio milhão de empregos em 200 mil micro e pequenas empresas.

– Através da formação profissional e da melhoria das qualificações de trabalhadores em redução de actividade, apoia-se o emprego de 20 mil trabalhadores em empresas competitivas e economicamente viáveis que estejam a enfrentar uma redução conjuntural da procura.

– Através de estágios profissionais com a duração de 12 meses dirigidos a jovens até aos 35 anos, abrange-se mais 12 mil jovens naquele que é um mecanismo eficiente de inclusão dos jovens no mercado de trabalho.

– Através de um incentivo de 2 mil euros na contratação de jovens, acrescido de isenção da taxa social única a cargo do empregador durante dois anos, promove-se a entrada no mercado de trabalho de 20 mil jovens.

– O mesmo tipo de incentivo estará ao dispor de empresas que contratem desempregados nessa situação há mais de nove meses, ou desempregados com 55 ou mais anos, promovendo a entrada de 12 mil desempregados no mercado de trabalho.

– Pela primeira vez, os estágios são alargados a pessoas com mais de 35 anos que melhoraram, ou venham a melhorar, as suas qualificações, numa estratégia de reconversão de qualificações e competências, e que abrangerá 10 mil desempregados.

– Para promover o trabalho socialmente necessário em entidades sem fins lucrativos ou autarquias, criaram-se os Contratos Emprego-Inserção para todos os desempregados a receber subsídio de desemprego, o que abrangerá mais 30 mil desempregados.

– E numa lógica de promoção de um melhor e mais próximo apoio aos desempregados, desenvolveu-se a metodologia Inser-Social 2009, a qual permitirá intervir de forma individualizada e articulada junto dos desempregados que estão a quatro meses de terminar os prazos do subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego.

Este esforço de mais e melhor emprego não pode ficar exclusivamente dependente do Estado. Esta batalha só terá sucesso se contar com todos. Exige a mobilização de todos, e em particular dos agentes directos do desenvolvimento económico do país: as empresas e os trabalhadores.

O Emprego Primeiro.

A INICIATIVA EMPREGO 2009

2.731 M€ para políticas de emprego e formação em 2009

	2008	Inicial 2009	Total 2009 com iniciativa E2009	Varição
Políticas de emprego e formação	1.993,2	2.054,1	2.380,1	19,4%
Apoios ao emprego	117,0	150,0	351,0	200,0%
Total	2.110,2	2.204,1	2.731,1	29,4%



I - MANTER O EMPREGO

1 Redução das contribuições para a segurança social

- Para micro e pequenas empresas (até 50 trabalhadores) e trabalhadores com 45 ou mais anos;
- Redução em 3 pontos percentuais das contribuições a cargo do empregador;
- Redução média de 331€ por trabalhador;
- Vigora a partir de 1 de Janeiro de 2009;
- Renova-se para o 2º semestre com a manutenção do nível de emprego;
- Acesso automático já na Declaração de Remunerações de Fevereiro.

200 mil empresas abrangidas



O Emprego Primeiro

Sabia que as Empresas...

pagam menos 3 pontos percentuais de taxa social única

relativa a trabalhadores com 45 ou mais anos, caso sejam micro e pequenas empresas?

podem receber 2.000€, acrescidos de dois anos de isenção de taxa social única

quando contratarem, sem termo, jovens ou desempregados?

pagam só metade da taxa social única

quando contratarem, a termo, desempregados com 55 ou mais anos?

desenvolvem novas áreas de actuação e aposta na inovação

ao promoverem Estágios Profissionais para jovens?

investem na reconversão da estrutura produtiva da sua organização

ao promoverem Estágios Qualificação-Emprego para desempregados com novas qualificações?

Conheça estas e outras medidas de apoio ao emprego em:

www.emprego2009.gov.pt

David Martins, candidato à Câmara

“Quero fazer de Albufeira um concelho cinco estrelas”

Albufeira precisa de ser “um destino cinco estrelas também nos serviços, equipamentos e ambiente”, defende o candidato socialista à Câmara, David Martins, acrescentando que, caso seja eleito, “o interesse dos munícipes e do concelho estarão sempre em primeiro lugar”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, David Martins sublinha que o projecto do PS será “de todos e para todos os albufeirenses”, tendo como objectivo “fazer um concelho ainda melhor”, e adianta que a autarquia “não se pode limitar a ser uma simples repartição de Finanças onde pagamos os nossos impostos”, tal como tem acontecido ao longo deste último mandato com o Executivo do PSD.

Em que ideias-força se baseia o projecto que pensa apresentar para levar de novo o PS às vitórias no concelho de Albufeira?

O projecto que pretendo apresentar é, ainda nesta fase, um projecto aberto e em construção. Antes de definir todas as prioridades, quero promover várias iniciativas públicas, levar a cabo reuniões com os principais agentes locais e ouvir todos os cidadãos, independentemente da sua participação pública no município. Quero que o projecto do PS seja de todos e para todos os albufeirenses.

Quanto ao âmbito das propostas políticas que iremos apresentar, reger-me-ei pelos princípios do nosso partido, e colocaremos as pessoas no centro das nossas preocupações. Será um projecto para criar melhores condições de vida para todos os Albufeirenses e fazer de Albufeira um concelho ainda melhor.

O objectivo é elevar o padrão de qualidade de Albufeira nos próximos anos e garantir que não perdemos competitividade em relação a outras cidades da região e do país. Albufeira tem potencialidades, tem recursos, tem massa humana, pelo que é essencial não perder oportunidades.

Após a sua escolha pela Comissão Política Concelhia de Albufeira disse que iria empenhar todo o seu “esforço” e “dedicação” para apresentar uma “equipa forte”. Quais os critérios que vão presidir na escolha dos elementos dessa equipa?

Num projecto autárquico, o programa e a equipa são dois eixos centrais para a vitória. Por um lado, é preciso ter um bom programa, que vá de encontro às necessidades dos cidadãos e que crie mais justiça e mais prosperidade. Por outro lado, e para dar cumprimento a esse programa, é necessário ter uma equipa que congregue os melhores homens e as mulheres de Albufeira.

O critério mais importante para

elaboração da lista será, sem margem para dúvidas, a competência. Albufeira precisa, e o PS deseja, apresentar uma lista em que os candidatos sejam reconhecidos pelo seu mérito e pelo seu empenho na defesa da causa pública e de Albufeira. O interesse dos munícipes e do concelho estarão sempre em primeiro lugar.

Que balanço faz da gestão do PSD ao longo deste mandato?

Durante este último mandato autárquico, o Executivo do PSD liderou os destinos de Albufeira com maioria absoluta e com recursos mais do que suficientes para dar resposta aos vários problemas. Apesar disso, considero que muito ficou por fazer para prejuízo dos albufeirenses.

Constata-se que em muitas áreas estruturantes, como sejam a área social, o ambiente e urbanismo ou a área da educação, não foram dadas todas as respostas. Cito-lhe alguns exemplos: continuamos a ter centenas de crianças sem colocação nas creches e jardins-de-infância; nos últimos anos, não foi construída uma única habitação social; não se cumpriu a promessa da criação de 100 hectares de áreas verdes – criaram-se três hectares, apenas 3%! Pouca obra em benefício dos residentes no concelho do país, onde, recordo, mais impostos municipais se paga por habitante. Os albufeirenses têm pouco retorno dos recursos que colocam à disposição da sua Câmara Municipal. Isso é injusto! A Câmara Municipal de Albufeira não se pode limitar a ser uma simples Repartição de Finanças onde pagamos os nossos impostos.

Quais os principais problemas que identifica no concelho de Albufeira?

Albufeira é um concelho com cinco freguesias, 140,6 quilómetros quadrados de área e cerca de 38.200 habitantes. Do ponto de vista demográfico, estamos perante um município que apresenta uma das



maiores taxas de crescimento efectivo, largamente superior à média regional ou nacional. Assim sendo, é essencial criar respostas concretas e ambiciosas para os jovens casais e para a emancipação dos jovens, sobretudo no que diz respeito ao emprego, educação e habitação. Também na área dos seniores é preciso desenvolver mais soluções, quer a nível dos cuidados médicos, quer a nível dos equipamentos sociais.

Pensa a Câmara valorizar a gestão dos espaços públicos em detrimento de uma política de betão que tem sido seguida nos últimos anos?

Se ganharmos a Câmara esse será um dos nossos desígnios. Albufeira precisa ter um ambiente urbano equilibrado e precisa continuar atractiva e competitiva. Temos assistido a uma enorme pressão urbanística sem que seja acompanhada pela criação das infra-estruturas públicas suficientes que acompanhem esse crescimento. É preciso apostar mais nessas infra-estruturas que, apesar de não darem votos, são essenciais. Pouco serve apostar em hotéis de cinco estrelas e depois não termos as mesmas infra-estruturas públicas

de alta qualidade. É, também, preciso apostar na requalificação. Albufeira precisa de ser um destino cinco estrelas também nos serviços, equipamentos e ambiente.

Sendo Albufeira um dos concelhos mais turísticos do Algarve, que exemplos de qualidade nesta área poderá dar à região?

Compatibilizar a qualidade e a excelência da oferta turística com a qualidade de vida para os seus habitantes.

Como pensa valorizar o turismo de qualidade no concelho, atraindo turistas com elevado poder de compra?

Um dos pontos críticos é o acompanhamento pela parte pública de condições ao desenvolvimento de qualidade pretendido. Esse é um ponto importantíssimo.

Nos últimos quatro anos, e graças ao Governo do PS, vários projectos de unidades hoteleiras de cinco estrelas foram desbloqueados, o que permitiu a construção de novas unidades de qualidade. Sou favorável e creio que essas unidades são muito importantes para requalificar o parque hoteleiro. Porém, é preciso apostar em no-

vos segmentos e nichos, diversificar os produtos turísticos existentes e comunicar melhor a imagem de Albufeira. Hoje Albufeira disputa os seus mercados com várias cidades do mundo, onde há cada vez maior competitividade.

Para além do turismo, que outras áreas económicas podem ser potenciadas para uma melhoria da qualidade de vida da população?

Como é do conhecimento público, o Algarve é a principal região turística do país e Albufeira é, no seu seio, um dos principais destinos turísticos. É no nosso concelho onde existe o maior número de camas turísticas, merecendo a designação de “Capital do Turismo”.

Sendo o turismo a principal actividade económica, e estando todas as outras áreas dependentes do sucesso desta actividade, importa em primeiro lugar potenciar ainda mais o desenvolvimento deste sector, designadamente através da diversificação dos mercados e da captação de turistas de alto

poder de compra. Tal situação permitirá alavancar o crescimento do comércio, dos serviços, da agricultura e pescas locais.

Importa ainda apostar na capacidade empreendedora dos jovens para a criação de novas empresas de serviços e de “indústrias limpas”.

De que forma uma eventual regionalização poderá ajudar a um desenvolvimento mais sustentado do Algarve?

Sou um regionalista convicto. Acredito que a gestão dos recursos mais próxima das pessoas é mais eficiente e traz melhores resultados para todos. Ao contrário, a tomada de decisões longe da realidade origina, por vezes, a apresentação de soluções desadequadas. Com a implementação da regionalização seria possível responsabilizar mais os agentes políticos e incentivar uma maior participação dos cidadãos nas decisões tomadas. A possibilidade de uma gestão do território e dos fundos a nível regional permitirão certamente respostas mais satisfatórias e que garantam maior sustentabilidade. Estou convicto que o Algarve e Albufeira ganharão com a regionalização.

Teresa Almeida apela à união dos socialistas para a reconquista da Câmara de Setúbal

ELEITA candidata do PS à Câmara de Setúbal, após renhido acto eleitoral, Teresa Almeida, antiga vereadora do Urbanismo da autarquia e ex-governadora civil, promete “apontar baterias” para que o PS reconquiste o principal município do distrito, através da “união de todos os socialistas” em torno de um programa que “tire o concelho da estagnação em que se encontra mergulhado”.

O acto eleitoral realizado na sede do PS, na Portela, foi muito disputado por quatro candidatas, tendo sido necessário uma segunda volta.

Tal circunstância, segundo Teresa Almeida, revela que “o PS é um partido livre e democrático, onde a luta política é normal e saudável”.

A candidata socialista não se mostra preocupada com os eventuais nomes escolhidos pelas outras forças políticas, nomeadamente a CDU e o PSD, para disputar a presidência do município de Setúbal, afirmando que conta “com todos os socialistas, porque a hora é de unir esforços e não de dividir”, prometendo que o PS “vai apresentar as melhores e as mais credíveis propostas para que o concelho volte a progredir”.

Considerando que o concelho tem estado “estagnado” nos últimos anos, Teresa Almeida promete “inverter” tal situação “Falta uma visão de estratégia, e essa será uma das bases da minha candidatura”, sublinhou.

De salientar que os resultados da primeira volta destas eleições ditaram 25 votos para Teresa Almeida, 22 para Paulo Lopes, sete para Adriano Menezes e três para Alcides Soares. Registou-se um voto em branco, num universo de 58 votantes.



Devido ao facto de não ter havido maioria absoluta, foi necessário recorrer a uma segunda volta, na qual Teresa Almeida obteve 32 votos, contra 23 alcançados por Paulo Lopes. Houve um voto nulo e outro em branco.

A urgência da mudança

Entretanto, a Federação do PS, o Departamento das Mulheres Socialistas e a Juventude Socialista do distrito de Setúbal emitiram um comunicado, no qual saúdam a nomeação de Teresa Almeida como candidata à Câmara local, sublinhando que “ao fazê-lo reconhecem que em eleições internas no PS não há vencedores nem vencidos porque é sempre o PS que com elas se reforça”.

Esta tomada de posição, segundo os socialistas sadinos, “reflecte a consciência de ser necessário opera uma mudança nas próximas eleições na Câmara de Setúbal, que é essencial para o desenvolvi-

mento do distrito e não apenas do concelho”.

Aliás, “basta andarmos nas ruas da nossa capital para nos apercebermos que com a liderança da CDU deixou de existir um projecto minimamente consistente e com futuro, porque não há norte nem ambição”, referem os socialistas, acrescentando que “o concelho tornou-se cinzento e não se compreende sequer a razão pela qual o endividamento da Câmara é tão elevado, o dobro daquele que o PS tinha quando deixou a Câmara há oito anos”.

Perante este cenário de “desolação é obrigação do PS tudo fazer para que a mudança venha de facto a ocorrer, com a vitória dos socialistas nas próximas autárquicas”, refere ainda o comunicado, onde se salienta ainda que “à direita do PS não há alternativa e o voto no Bloco de Esquerda é, como se provou, nas últimas eleições autárquicas em todos os concelhos do distrito, um voto perdido, que só reforça o PCP”. J. C. C.B.

Hélder Esménio avança por Salvaterra de Magos

A COMISSÃO Política Concelhia do PS de Salvaterra de Magos escolheu Hélder Esménio para ser o candidato socialista à presidência da autarquia local.

Para o deputado Nuno Antão, “este é o momento certo para que os eleitores escolham entre um projecto colectivo, que coloca as pessoas e a sua qualidade de vida no centro das suas preocupações, e uma gestão que se tem revelado catastrófica para o desenvolvimento, colocando Salvaterra de Magos entre os mais baixos índices de desenvolvimento económico e social do país”.

Segundo o PS/Salaterra de Magos, esse projecto colectivo será presidido com sucesso pelo camarada Hélder Esménio.

O camarada Hélder Manuel Ra-



malho de Sousa Esménio, 48 anos, é engenheiro civil e conta também com uma bem sucedida passagem pelo associativismo concelhio, no

âmbito do qual exerceu as presidências do Clube Desportivo Salvaterrense e da Associação Desportiva de Salvaterra de Magos.

APOIO TOTAL DO PS A HELENA TERRA PARA VENCER EM OLIVEIRA DE AZEMÉIS

A COMISSÃO Política Concelhia do PS/Oliveira de Azeméis aprovou, por unanimidade, a candidatura de Helena Terra à Câmara Municipal local.

Num comunicado, a Concelhia socialista “congratula-se pela aceitação, deste desafio, por parte da deputada à Assembleia da República e líder da bancada do PS na Assembleia Municipal, com o intuito de apresentar um projecto credível e vencedor do acto eleitoral autárquico”.

Segundo o PS de Oliveira de Azeméis, “a falta de visão estratégica do PSD local no que concerne à gestão do município, exige do PS a apresentação de uma candidatura capaz de devolver a esperança num rumo de desenvolvimento sustentável que, de forma ambiciosa, congregue o nosso dinâmico tecido empresarial, o vasto movimento associativo e os laboriosos cidadãos deste concelho, num caminho de modernidade”.

Nesse sentido, o PS de Oliveira de Azeméis “não se poupará a esforços para servir a comunidade oliveirense, de forma séria e abnegada, olhando para todas as freguesias – desde Madaíl a Cucujães – com o mesmo sentido de responsabilidade e de ambição para um futuro melhor”. J.C.C.B.



ESCOLHIDOS CANDIDATOS DO PS/SEIXAL À CÂMARA E ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A COMISSÃO Política Concelhia do PS do Seixal aprovou a escolha dos camaradas Samuel Cruz e Nuno Tavares para candidato a presidente da Câmara Municipal do Seixal e para encabeçar a candidatura socialista à Assembleia Municipal, respectivamente.

Em comunicado, o Secretariado da CPC do Seixal afirma que foi dado, deste modo, “mais um passo importantíssimo para o fortalecimento e para a construção de um PS mais forte no Concelho do Seixal, para derrotar a CDU e para melhor servir a população”.

Convictos de que “o Seixal não está condenado a ser gerido infinitamente pelo Partido Comunista”, os socialistas recordam as palavras do líder da Federação do PS de Setúbal, Vítor Ramalho, reafirmando que “o importante agora é cerrarmos fileiras, em unidade, em torno dos camaradas designados, porque são estas as regras da democracia num partido estruturante dela, como é o PS.”



MARIA IDALINA TRINDADE CANDIDATA A NISA

MARIA Idalina Trindade é o nome escolhido pelo PS de Nisa para encabeçar a candidatura autárquica para conquistar à CDU a Câmara de Nisa nas próximas eleições.

A candidata, escolhida por unanimidade no passado dia 13, numa reunião da Comissão Política Concelhia do PS de Nisa, é licenciada em Direito e desempenhou recentemente funções de directora da Fundação Alter Real, cargo que suspendeu para assumir funções na Assembleia da República.

Eleita pelo círculo de Portalegre, Maria Idalina Trindade, de 45 anos, assumiu o cargo de deputada em substituição de Ceia da Silva.



OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

Elisa Ferreira quer devolver centralidade e protagonismo ao Porto

Recolocar a cidade na centralidade regional e nacional, tornando-a de novo competitiva, aumentar a sua coesão interna, e devolver o cosmopolitismo perdido, foram os principais propósitos defendidos por Elisa Ferreira, na apresentação da sua candidatura à Câmara Municipal do Porto.

REFLEXO DE NADA

NUM momento em que o PS se prepara para debater no seu XIV Congresso matérias de grande relevância para o país, como a aposta nas qualificações, o investimento público criador de emprego e riqueza, a organização do Estado, a política fiscal ou a igualdade de direitos, grassa no maior partido da oposição uma polémica sobre a imagem ou a ausência de imagem da sua líder.

Não quero interferir nas questões internas do PSD. A opinião que aqui quero expressar é uma opinião de princípio. Não é um sinal muito gratificante para a maturidade da nossa democracia que um partido relevante do arco da governação se centre na imagem, sem aparentemente perceber que esta é sempre o reflexo duma mensagem.

“É verdade que na sociedade da comunicação em que vivemos, a imagem é fundamental para potenciar ou prejudicar uma mensagem, mas quando não há mensagem é impossível sobreviver muito tempo com base numa imagem que é o reflexo de nada”

É verdade que na sociedade da comunicação em que vivemos, a imagem é fundamental para potenciar ou prejudicar uma mensagem, mas quando não há mensagem é impossível sobreviver muito tempo com base numa imagem que é o reflexo de nada.

Que imagem robusta se pode construir em cima duma mensagem negacionista. Duma mensagem que risca o investimento estratégico do mapa, considera não exequíveis políticas básicas de apoio às famílias e às empresas e corta cerce qualquer esperança ou proposta com uma lógica reducionista de avaliação estrita do “saldo de caixa”.

Nos últimos anos em todo o mundo assistiu-se a uma erosão da política compensada por doses técnica e marketing. Os resultados estão à vista. Ou pelo menos estão à vista de quase todos. No maior partido da oposição em Portugal continua a haver muito quem não queira ver.

Os portugueses sabem que o problema da oposição em Portugal não é de imagem. É de ausência total de alternativa e de soluções para os problemas das pessoas, das empresas e do país.

FOI pequeno o espaço para albergar todos os que quiseram estar presentes no edifício da Alfândega, nesta cerimónia de apresentação da candidatura de Elisa Ferreira.

Entre as muitas personalidades presentes, o destaque vai para o líder do PS, José Sócrates, para o ex-Presidente da República Mário Soares, o ex-autarca Fernando Gomes, ministros, como os titulares das pastas da Cultura e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, respectivamente, Pinto Ribeiro e Mário Lino, o presidente da Federação do PS/Porto, Renato Sampaio, o presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Porto, Orlando Soares Gaspar e muitas outras figuras de relevo em diversos domínios da cidade Invicta.

Para Elisa Ferreira, as crises e as vicissitudes dos últimos anos arrastaram a cidade do Porto “para uma perda de protagonismo e de peso, quer a nível regional, quer nacional”, algo que, como recordou, “tinha entretanto adquirido”.

Este facto, em sua opinião, contribuiu, em muito, para uma “perca gradual e muito significativa do peso da classe média na sociedade portuense”.

Inverter esta realidade, tornando a cidade “novamente competitiva e aumentando os seus níveis de coesão interna”, constitui, como referiu, um dos objectivos centrais a atingir e que perfazem uma parte substancial dos propósitos que disse pretende alcançar “quando ganhar a Câmara Municipal do Porto”.

Segundo Elisa Ferreira, vai entrar-se agora “numa fase de maior exigência ao nível dos conteúdos” a qual passará, designadamente, por um conjunto de debates temáticos onde se “pretende testar” junto de especialistas e da população em geral as diversas propostas e ideias que

foi “construindo ao longo dos tempos”.

Tema a tema, disse, “vamos aferindo os vários assuntos que respeitam ao Porto”, evitando que o programa a apresentar ao eleitorado “seja um mero conjunto de medidas mediáticas”, mas, pelo contrário, “que tenham conteúdo, sejam convergentes, coerentes e que respondam aos anseios e às necessidades da população do município”.

A cidade precisa de liderança mas também de determinação.

Maior ambição a que se juntará uma dose grande de visão e muita determinação, é a receita que a candidata socialista encontra para voltar a colocar o Porto na senda do progresso resgatando-o da tristeza e do declínio para onde foi empurrado.

“Tenho esta pretensão e esta visão e também sinto que o Porto a quer ter”. Esta cidade “sabe, como sempre soube, o que quer e o que não quer”.

Em primeiro lugar quer “resgatar centralidade e protagonismo”, mas quer também, acrescentou, “afirmar-se como uma cidade contemporânea e cosmopolita”, e “ser parte activa na reconstrução de uma economia nacional e regional” para a tornar “mais sólida e competitiva”.

Apesar de nunca se ter filiado em nenhum partido, cedo encontrou no PS “não só o enquadramento ideológico de referência como uma abertura e tolerância excepcionais”.

A este propósito, recordou os seis anos em que foi ministra de António Guterres, os dois em que foi deputada na Assembleia da República e os quase cinco que já leva actualmente de euro-deputada, “sempre em representação do Partido Socialista”.

“Se o eleitorado do Porto me escolher”, garantiu Elisa Ferreira, “e me entregar os seus desígnios, largarei tudo para me dedicar de



alma e coração e a tempo inteiro apenas à gestão do Porto”.

A sua candidatura, afirmou ainda, parte da percepção “que todos sentem”, que a cidade, antes pujante, “está hoje doente, triste, adormecida e sem ânimo”.

Inverter este cenário, garantiu, é razão mais do que suficiente para entrar na luta pela conquista da autarquia, com a certeza de que os “constrangimentos e as dificuldades, não são razões suficientes para desistir”.

Para que o programa que irá apresentar ao eleitorado possa ser coerente e tenha uma sustentação séria, será necessário, defendeu, agregar um conjunto de individualidades “altamente preparadas” e ligadas à cidade, estendendo essa ligação às associações empresariais e aos “vários promotores de projectos culturais relevantes”, designadamente ao Coliseu do Porto, Fantaspporto e aos festivais de teatro, não esquecendo os “grupos culturais e desportivos mais tradicionais da cidade”.

Outras das áreas que merecerá uma especial atenção por parte de Elisa Ferreira e da sua futura equipa autárquica, disse, tem a ver com o empenho no apoio social a empreender nos bairros e junto das populações menos favorecidas, designadamente “dos idosos e dos projectos de apoio à diversidade”.

Sócrates elogia candidata socialista

O secretário-geral do Partido Socialista, José Sócrates, afirmou, por seu lado, que o significado político da candidatura de Elisa Ferreira, passa em larga medida pela “ambição de ter esta cidade presente no país”, afirmando que Portugal não pode continuar a ter “um Porto ausente” quer na área económica, quer na cultura, na política ou na ciência.

Para Sócrates, “esta é uma candidatura da mudança” pela qual há muito “o Porto espera”, sublinhando que Elisa Ferreira tem as necessárias características pessoais e políticas para poder liderar um projecto de sucesso, não esquecendo “aquela pontinha de mau génio que de vez em quando só as mulheres de carácter têm”.

Mulher de visão universal e não paroquial, como disse, a candidata socialista à Câmara Municipal do Porto tem ainda, na opinião do líder do PS, “muito mundo e largueza de quadros mentais”, sendo por isso, como defendeu, “a pessoal ideal para responder aos tempos exigentes e difíceis em que vivemos”.

A sessão de apresentação de candidatura de Elisa Ferreira terminou com a actuação de Rui Veloso a tocar a conhecida canção “Porto Sentido”. R.S.A.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>